


# **INFORMS**

**INFORMATIVO  
MERCOSHIPING**



**RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO**

**Edição 096/2021  
Data: 23/06/2021**

### ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP)</b> .....	<b>4</b>
REALITY DO GRUPO TRIBUNA BUSCARÁ SOLUÇÕES PARA O PORTO DE SANTOS E DARÁ OPORTUNIDADE DE EMPREGO .....	4
CAPITANIA DOS PORTOS AGUARDA LAUDO SOBRE NAVIO QUE COLIDIU COM ATRACADOURO .....	7
PRÁTICOS A BORDO DO NAVIO CAP SAN ANTONIO EVITARAM MAIOR DANO EM ACIDENTE.....	8
TARCÍSIO : ESTUDOS CONCLUÍDOS .....	9
<b>ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS</b> .....	<b>10</b>
ANTAQ REALIZARÁ AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE THC EM 1º DE JULHO .....	10
<b>O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP</b> .....	<b>10</b>
PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO CONQUISTA RECURSOS PARA RECUPERAÇÃO DE TRECHO DA RODOVIA RIO-SANTOS .....	10
VACINAÇÃO E REORGANIZAÇÃO LOGÍSTICA MELHORAM PERSPECTIVAS PARA COMÉRCIO MARÍTIMO .....	11
CODESA – BNDES REMARCA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA O DIA 06 DE JULHO.....	12
PORTO DE SETÚBAL CONTRIBUI PARA OCEANOS MAIS LIMPOS .....	12
<b>ISTOÉ - DINHEIRO</b> .....	<b>13</b>
GO CONTRATA BNDES PARA ESTRUTURAÇÃO DE CONCESSÕES DE 1,14 MIL KM EM ESTRADAS.....	13
PARA GUEDES, ARRECADAÇÃO PODE CRESCER MAIS DE 6% E SER TRADUZIDA EM MENOS IMPOSTO .....	14
GOVERNO TRABALHA PARA ELIMINAR RISCOS DE OFERTA DE ENERGIA PARA 2022, DIZ MINISTRO .....	14
GUEDES DIZ QUE CÂMBIO “DEVE DESCER BEM MAIS” .....	15
<b>MONEYTIMES</b> .....	<b>15</b>
COMISSÃO APROVA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS .....	15
CCJ TENTA NOVAMENTE VOTAR PROPOSTA QUE TRATA DA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS; ACOMPANHE.....	16
<b>AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS</b> .....	<b>17</b>
SENADO PRORROGA DESONERAÇÃO DA INDÚSTRIA QUÍMICA E MP 1034 VOLTA PARA A CÂMARA.....	17
FIM DA DESONERAÇÃO PARA COMBUSTÍVEIS NA ZONA FRANCA DE MANAUS SERÁ VETADO, GARANTE GOVERNO NO SENADO.....	19
PPPs DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA AVANÇAM NO BRASIL COM INCORPORAÇÃO DE CRITÉRIOS ESG .....	20
<b>JORNAL O GLOBO – RJ</b> .....	<b>23</b>
COM CRISE HÍDRICA, OFERTA DE ENERGIA EÓLICA PODE DOBRAR EM POUCOS MESES .....	23
‘NÃO TRABALHAMOS COM HIPÓTESE DE RACIONAMENTO’, DIZ MINISTRO DE MINAS E ENERGIA.....	25
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA PEDE R\$ 2,4 BI E CITA RISCO DE INTERRUPÇÃO DE OBRAS EM RODOVIAS .....	26
DONO DO EVER GIVEN E GOVERNO DO EGITO CHEGAM A ACORDO. SERÁ QUE NAVIO VAI, ENFIM, SAIR DO CANAL DE SUEZ?.....	27
PRESIDENTE DA ELETROBRAS PREVÊ DOBRAR INVESTIMENTOS APÓS APROVAÇÃO DA MP QUE VIABILIZA A PRIVATIZAÇÃO DA ESTATAL.....	28
‘VAMOS INVESTIR R\$ 200 BILHÕES ATÉ 2035 COM A PRIVATIZAÇÃO’, DIZ PRESIDENTE DA ELETROBRAS .....	28
COM AVANÇO DA VACINAÇÃO, ANALISTAS ELEVAM PROJEÇÕES PARA CRESCIMENTO DO PIB PARA ATÉ 5,8% .....	30
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP</b> .....	<b>32</b>
GOVERNO DE SP PRORROGA RESTRIÇÕES DA FASE DE TRANSIÇÃO ATÉ 15 DE JULHO .....	32
COM LOBBY DA INDÚSTRIA, CÂMARA AVALIA RETOMAR BARREIRA A PRODUTOS IMPORTADOS.....	33
‘NÃO VAMOS CHORAR MUITO’, DIZ GUEDES SOBRE PRIVATIZAÇÃO ‘NÃO CLÁSSICA’ DA ELETROBRÁS .....	35
CRISE HÍDRICA É UM RISCO DE ALTA PARA A INFLAÇÃO E DE BAIXA PARA A ATIVIDADE ECONÔMICA .....	36
ESG DA TEORIA À PRÁTICA .....	37
<b>VALOR ECONÔMICO (SP)</b> .....	<b>39</b>
HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ EM MEIO À CRISE HÍDRICA .....	39
LUCRO DA COPERSUCAR CRESCER MAIS DE TRÊS VEZES EM 2020/21, PARA R\$ 375 MILHÕES .....	40
COPERSUCAR AVALIA NOVAS PARCERIAS.....	41
APÓS ‘CHOQUE’ DE ENERGIA BARATA, GOVERNO FALA EM ‘CHOQUE’ DE OFERTA DE TRANSPORTES .....	42
MINÉRIO DE FERRO SOBE NO PORTO DE QINGDAO E SAI A US\$ 216 A TONELADA .....	43
MAIOR TÉRMICA A GÁS DA AMÉRICA LATINA NÃO OPERA DESDE 2020 .....	44
AVALIAÇÃO DE BENS DA MMX PARA IREM A LEILÃO PODE FICAR PRONTA ESTE ANO .....	45
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS</b> .....	<b>46</b>
ANTIGO NAE SÃO PAULO SEGUIRÁ PARA DESMONTE NA TURQUIA DENTRO DE 2 MESES .....	46
PORTOS DE RIO GRANDE BATE RECORDE HISTÓRICO EM MAIO.....	47



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 096/2021  
Página 3 de 48  
Data: 23/06/2021  
[www.mercosshipping.com.br](http://www.mercosshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

<b>MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA .....</b>	<b>48</b>
MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS .....	48



### A TRIBUNA DIGITAL (SP)

## REALITY DO GRUPO TRIBUNA BUSCARÁ SOLUÇÕES PARA O PORTO DE SANTOS E DARÁ OPORTUNIDADE DE EMPREGO

'Porto 360° - O Desafio' será composto por 8 episódios e é considerado o 1º reality show da vida corporativa do Porto

Por: Redação



*Ao lado de Maxwell Rodrigues, os executivos Ricardo Arten, Fábio Siccherino e Roberto Teller definirão um problema para que os nove participantes ajudem a solucionar - Foto: Alexander Ferraz/AT*

O Porto de Santos será tema, nas próximas semanas, de um projeto completamente inovador que discutirá as principais dificuldades do complexo e, ao mesmo tempo, buscará soluções para que essas questões sejam devidamente resolvidas. O programa, batizado de

Porto 360° - O Desafio e comandado pelo apresentador Maxwell Rodrigues, será exibido nas redes sociais do Grupo Tribuna e reunirá alguns dos principais executivos do setor ao lado de pessoas que terão seus nomes definidos após um processo seletivo.

O programa será composto por oito episódios e é considerado o primeiro reality show da vida corporativa do Porto de Santos. Ao lado de Maxwell Rodrigues, os executivos Ricardo Arten, da Brasil Terminal Portuário, Fábio Siccherino, da DPW Santos, e Roberto Teller, da Santos Brasil, definirão um problema para que os nove participantes, divididos em três grupos de três pessoas, ajudem a solucionar. A equipe que apresentar o melhor projeto será contemplada com vagas de emprego nos terminais e ainda concorrerão a 1 MBA na Strong FGV.

“O reality é muito bom para a gente avançar na solução e ter uma visão diferente dos problemas. Muitos dos temas são discutidos dentro dos terminais. Agora, quando a gente traz uma equipe de fora para fazer visão dos problemas de fora da caixa, eu acho que a contribuição pode ser muito grande. A nossa expectativa é que saiam sugestões de melhorias que, sem dúvida, vão contribuir para a performance dos terminais e para a melhor relação porto-cidade”, prevê Fábio Siccherino, diretor-presidente da DPW.

Durante o programa, os três grupos serão mentorados por equipes do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e da Strong FGV, que darão suporte em todos os aspectos para que os participantes entreguem a melhor solução exigida pelos executivos. As inscrições para participar do programa e concorrer aos prêmios começarão na próxima segunda-feira, dia 28, e, durante a programação da TV Tribuna, os telespectadores também poderão acompanhar algumas pílulas das gravações.

“Temos uma oportunidade gigantesca de trazer a Cidade para perto dos terminais. Queremos mostrar como eles funcionam. Esse reality vai ser uma forma de mostrar esse mundo para a população santista. É a grande vertente econômica da Cidade. Muitas vezes as pessoas entendem que o Porto de Santos é um problema quando, na realidade, é a solução. A chave do programa é a riqueza de informação que a gente pode levar para as pessoas. Quem sabe a gente consiga ter boas e inovadoras ideias”, torce Ricardo Arten, diretor-presidente da BTP.



No primeiro episódio, que já foi gravado, os executivos definiram os problemas do Porto e qual deles deverá ser solucionado. Já no segundo e no terceiro, Maxwell Rodrigues mostrará o processo seletivo dos candidatos que fizeram a inscrição para participar. Do quarto ao sétimo, o 'Porto 360° - O Desafio' trará dinâmicas e a resolução dos problemas. No último episódio, o oitavo desta primeira temporada, teremos a definição final dos vencedores e, também, quem será contemplado com o MBA.

“Há muito tempo o Porto de Santos precisa inovar. Precisa garantir que a mão de obra esteja cada vez mais adequada para as necessidades. A gente está aproveitando para discutir, entre os principais players do negócio de contêineres de terminais molhados, a possibilidade de trazer inovação, de avançar, de ir em direção aos melhores terminais do mundo, como a gente já é em termos de produtividade. Agora, cada vez mais automatizar e ter um avanço no nosso negócio”, completa Roberto Teller, diretor de operações da Santos Brasil.

Idealizador e apresentador do projeto, Maxwell Rodrigues não vê a hora de conhecer todos os participantes selecionados e, principalmente, de que o programa vá ao ar. Segundo Maxwell, o Porto 360° - O Desafio é uma realização pessoal de “algo que jamais foi pensado na história do setor portuário brasileiro”. Para Maxwell, o apoio dos três terminais parceiros que farão parte do reality mostra a confiança que o mercado tem no Grupo Tribuna e nos projetos desenvolvidos pela casa.

“A minha geração acompanhou dois processos de impeachment e acompanha uma pandemia. Acompanha, também, um momento completamente disruptivo onde o emprego no Porto vem sofrendo uma grande transformação. Fazer um projeto onde você consegue aliar os principais terminais de contêineres da América Latina e a possibilidade de emprego no maior porto da América Latina é algo que eu nunca havia visto. Demonstra claramente a preocupação desses três terminais que hoje atuam no Porto de Santos com a questão do Porto-Cidade”, afirma Maxwell.

“O reality é um projeto inovador que reafirma o compromisso do Grupo Tribuna com o desenvolvimento do Porto de Santos. Nosso objetivo é mostrar, na forma de entretenimento, a realidade, os gargalos e os desafios que os avanços tecnológicos trazem para a capacitação de mão de obra. Queremos trazer esse olhar de antecipação do futuro, principalmente para os jovens que podem ter no Porto de Santos grandes oportunidades para trilharem uma carreira profissional”, finaliza o diretor comercial do Grupo Tribuna, Demetrio Amono.

As inscrições para o Porto 360° - O Desafio começam na próxima segunda-feira (28) e prosseguem até 11 de julho por meio do site [www.atribuna.com.br/odesafio](http://www.atribuna.com.br/odesafio). Neste mesmo endereço, está todo o regulamento para quem quiser participar da seleção. A estreia com o primeiro episódio ocorrerá em 5 de agosto e, a partir daí, o programa será exibido semanalmente, sempre as quintas-feiras, até 23 de setembro. A exibição acontecerá, simultaneamente, no Facebook do Grupo Tribuna e, também, no Youtube do Jornal A Tribuna.

O Porto de Santos será tema, nas próximas semanas, de um projeto completamente inovador que discutirá as principais dificuldades do complexo e, ao mesmo tempo, buscará soluções para que essas questões sejam devidamente resolvidas. O programa, batizado de Porto 360° - O Desafio e comandado pelo apresentador Maxwell Rodrigues, será exibido nas redes sociais do Grupo Tribuna e reunirá alguns dos principais executivos do setor ao lado de pessoas que terão seus nomes definidos após um processo seletivo.

O programa será composto por oito episódios e é considerado o primeiro reality show da vida corporativa do Porto de Santos. Ao lado de Maxwell Rodrigues, os executivos Ricardo Arten, da Brasil Terminal Portuário, Fábio Siccherino, da DPW Santos, e Roberto Teller, da Santos Brasil, definirão um problema para que os nove participantes, divididos em três grupos de três pessoas, ajudem a solucionar. A equipe que apresentar o melhor projeto será contemplada com vagas de emprego nos terminais e ainda concorrerão a 1 MBA na Strong FGV.



“O reality é muito bom para a gente avançar na solução e ter uma visão diferente dos problemas. Muitos dos temas são discutidos dentro dos terminais. Agora, quando a gente traz uma equipe de fora para fazer visão dos problemas de fora da caixa, eu acho que a contribuição pode ser muito grande. A nossa expectativa é que saiam sugestões de melhorias que, sem dúvida, vão contribuir para a performance dos terminais e para a melhor relação porto-cidade”, prevê Fábio Siccherino, diretor-presidente da DPW.

Durante o programa, os três grupos serão mentorados por equipes do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e da Strong FGV, que darão suporte em todos os aspectos para que os participantes entreguem a melhor solução exigida pelos executivos. As inscrições para participar do programa e concorrer aos prêmios começarão na próxima segunda-feira, dia 28, e, durante a programação da TV Tribuna, os telespectadores também poderão acompanhar algumas pílulas das gravações.

“Temos uma oportunidade gigantesca de trazer a Cidade para perto dos terminais. Queremos mostrar como eles funcionam. Esse reality vai ser uma forma de mostrar esse mundo para a população santista. É a grande vertente econômica da Cidade. Muitas vezes as pessoas entendem que o Porto de Santos é um problema quando, na realidade, é a solução. A chave do programa é a riqueza de informação que a gente pode levar para as pessoas. Quem sabe a gente consiga ter boas e inovadoras ideias”, torce Ricardo Arten, diretor-presidente da BTP.

No primeiro episódio, que já foi gravado, os executivos definiram os problemas do Porto e qual deles deverá ser solucionado. Já no segundo e no terceiro, Maxwell Rodrigues mostrará o processo seletivo dos candidatos que fizeram a inscrição para participar. Do quarto ao sétimo, o ‘Porto 360° - O Desafio’ trará dinâmicas e a resolução dos problemas. No último episódio, o oitavo desta primeira temporada, teremos a definição final dos vencedores e, também, quem será contemplado com o MBA.

“Há muito tempo o Porto de Santos precisa inovar. Precisa garantir que a mão de obra esteja cada vez mais adequada para as necessidades. A gente está aproveitando para discutir, entre os principais players do negócio de contêineres de terminais molhados, a possibilidade de trazer inovação, de avançar, de ir em direção aos melhores terminais do mundo, como a gente já é em termos de produtividade. Agora, cada vez mais automatizar e ter um avanço no nosso negócio”, completa Roberto Teller, diretor de operações da Santos Brasil.

Idealizador e apresentador do projeto, Maxwell Rodrigues não vê a hora de conhecer todos os participantes selecionados e, principalmente, de que o programa vá ao ar. Segundo Maxwell, o Porto 360° - O Desafio é uma realização pessoal de “algo que jamais foi pensado na história do setor portuário brasileiro”. Para Maxwell, o apoio dos três terminais parceiros que farão parte do reality mostra a confiança que o mercado tem no Grupo Tribuna e nos projetos desenvolvidos pela casa.

“A minha geração acompanhou dois processos de impeachment e acompanha uma pandemia. Acompanha, também, um momento completamente disruptivo onde o emprego no Porto vem sofrendo uma grande transformação. Fazer um projeto onde você consegue aliar os principais terminais de contêineres da América Latina e a possibilidade de emprego no maior porto da América Latina é algo que eu nunca havia visto. Demonstra claramente a preocupação desses três terminais que hoje atuam no Porto de Santos com a questão do Porto-Cidade”, afirma Maxwell.

“O reality é um projeto inovador que reafirma o compromisso do Grupo Tribuna com o desenvolvimento do Porto de Santos. Nosso objetivo é mostrar, na forma de entretenimento, a realidade, os gargalos e os desafios que os avanços tecnológicos trazem para a capacitação de mão de obra. Queremos trazer esse olhar de antecipação do futuro, principalmente para os jovens que podem ter no Porto de Santos grandes oportunidades para trilharem uma carreira profissional”, finaliza o diretor comercial do Grupo Tribuna, Demetrio Amono.

As inscrições para o Porto 360° - O Desafio começa na próxima segunda-feira (28) e prosseguem até 11 de julho por meio do site [www.atribuna.com.br/odesafio](http://www.atribuna.com.br/odesafio). Neste mesmo endereço, está todo o

regulamento para quem quiser participar da seleção. A estreia com o primeiro episódio ocorrerá em 5 de agosto e, a partir daí, o programa será exibido semanalmente, sempre as quintas-feiras, até 23 de setembro. A exibição acontecerá, simultaneamente, no Facebook do Grupo Tribuna e, também, no Youtube do Jornal A Tribuna.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 23/06/2021

## CAPITANIA DOS PORTOS AGUARDA LAUDO SOBRE NAVIO QUE COLIDIU COM ATRACADOURO

Documento será analisado para que autoridades decidam se o Cap San Antonio pode entrar no Porto e atracar para vistoria

Por: *Fernanda Balbino*



*O Cap San Antonio colidiu com o atracadouro de balsas do Guarujá no último domingo (20), danificando a área de embarque e a plataforma de ciclistas - Foto: Vanessa Rodrigues/AT*

A Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP) ainda aguarda os laudos sobre as condições de navegabilidade do porta-contêineres Cap San Antonio. Com uma avaria no caso, a embarcação está, desde domingo, na área de fundeio do Porto de Santos. Após a

apresentação do documento, o cargueiro poderá retornar ao cais santista, para passar por vistorias e reparos

O Cap San Antonio foi deslocado para a Barra de Santos após uma colisão com os atracadouros da travessia de balsas Santos-Guarujá. No acidente, a embarcação teve os tanques de lastro avariados, com água saindo do casco, próximo à linha d'água.

Os tanques de lastro armazenam a água de lastro, que é distribuída por todo o navio para manter o equilíbrio da embarcação. Cada área do cargueiro recebe mais ou menos água, de acordo com a distribuição do peso das cargas a bordo.

Diante dessas avarias, as autoridades avaliam se será necessário algum esquema especial para a entrada da embarcação sem riscos. A operação deverá ser realizada durante o dia e com o uso de, pelo menos, três rebocadores.

E, conforme apurado pela Reportagem, o destino da embarcação será o cais do Armazém 35, na Ponta da Praia. Lá, o porta-contêineres deverá ser vistoriado e, depois, passar pelos reparos necessários para seguir viagem rumo ao Porto de Paranaguá (PR).

O Cap San Antonio tem 333 metros de comprimento e 48 metros de boca (largura). O cargueiro é capaz de transportar até 10,5 mil TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), mas não estava totalmente carregado no momento do acidente. Por isso, o calado (distância máxima entre a linha d'água e o fundo da embarcação) era de 8,9 metros.

Segundo portaria da CPSP, cargueiros com comprimento entre 330 e 340 metros poderão ser manobrados em condições especiais, com a coordenação da Autoridade Marítima, Autoridade Portuária e da Praticagem de São Paulo. Elas devem ocorrer nos períodos entre duas horas antes e duas horas após os estófos maré de acordo com a tábua do dia.

### Investigações

O inquérito aberto pela Autoridade Marítima também vai apurar como foi a manobra de saída do Cap San Antonio e o que pode ter causado o acidente. Além de relatos de testemunhas, as vistorias no navio serão fundamentais para verificar se houve falha no equipamento.

De acordo com a portaria que regula essas operações e com a dimensão da embarcação, a desatracação deveria ser realizada com dois práticos a bordo. E com o uso de dois rebocadores.

Isto porque, segundo as regras da Marinha do Brasil, nas manobras de saída de navios desse porte, é necessário um rebocador azimutal de, pelo menos, 60 toneladas, com cabo passado até as proximidades da boia nº 4. Além disso, durante as desatracações de navios com calados menores ou iguais a 12 metros, como era o caso do Cap San Antonio, também é exigido o emprego de mais um rebocador azimutal de, pelo menos, 40 ton BP.

Procurada, a Praticagem de São Paulo preferiu não se posicionar sobre o acidente.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 23/06/2021*

## PRÁTICOS A BORDO DO NAVIO CAP SAN ANTONIO EVITARAM MAIOR DANO EM ACIDENTE

Alerta sobre risco de colisão ocorreu minutos antes; causas ainda estão sendo investigadas

*Por: Fernanda Balbino*



*Danos em parte da estrutura de atracação de balsas chamaram atenção mesmo um dia após o acidente - Foto: Vanessa Rodrigues/AT*

Os práticos a bordo do navio Cap San Antonio relataram o risco de colisão com os atracadouros da travessia de balsas Santos-Guarujá minutos antes do acidente deste último domingo (20). O alerta serviu para evitar maiores danos às estruturas e às embarcações que estavam no canal de navegação do Porto.

Agora, o porta-contêineres passará por reparos atracado no cais santista e haverá vistorias para identificar as causas do sinistro.

O navio deixava o Porto de Santos no momento do acidente, no início da tarde de domingo (20). Após uma operação no Tecon, na Margem Esquerda (Guarujá), a embarcação seguia para o Porto de Paranaguá (PR). Ela tem 333 metros de comprimento e 48 metros de boca (largura). O cargueiro é capaz de transportar até 10,5 mil TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), mas não estava totalmente carregado.

### Vistoria

As causas do acidente ainda são apuradas. A vistoria na embarcação será fundamental para identificar se algum problema mecânico causou a colisão. Também será apurado se o Cap San Antonio contava com dois rebocadores, como determina a Marinha do Brasil.



Conforme apurado pela Reportagem, os práticos que estavam a bordo informaram sobre o risco de acidente minutos antes dele acontecer. A informação não foi confirmada pelo Governo do Estado, responsável pela travessia entre Santos e Guarujá.

*O navio deixava o Porto de Santos no momento do acidente, no início da tarde de domingo (20) Foto: Reprodução*

**Sinais**



Para o engenheiro naval e professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP) Marcelo Ramos Martins, isso pode ser um sinal de que havia algum problema na embarcação. No entanto, vários fatores podem ter causado a colisão.

“Se houve a comunicação de fato, ela foi realizada em função de algum evento que não era esperado. Em geral, eventos não são resultantes de uma única causa. Sistemas complexos como este, em geral, têm várias barreiras de segurança. Quando acontece um acidente, é porque essas barreiras não atuaram como deveriam. E cada uma dessas barreiras está associada a um evento imprevisto”.

Martins aponta que é possível que tenha havido alguma falha mecânica, que pode ter sido no sistema de governo do navio. Outras possibilidades, como um erro de procedimentos, também pode ter colaborado para o acidente. Isso inclui o fato de que os rebocadores podem não ter respondido ou não foram demandados da maneira adequada. “Um único evento não permitiria o acidente”.

### Inspeção

Logo após o acidente, a embarcação foi deslocada para a área de fundeio do Porto, na Barra de Santos. O navio deveria ser inspecionado por uma empresa especializada, já que a Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP) pediu um laudo sobre as condições de navegabilidade do cargueiro.

Mas, por conta das condições do mar e do vento, os técnicos responsáveis não conseguiram chegar ao ponto onde o Cap San Antonio estava fundeado, a cerca de três quilômetros da costa. A saída, então, foi autorizá-lo a voltar ao cais santista para a verificação das condições da embarcação.

Porém, as autoridades ainda avaliam uma forma de garantir uma entrada segura do porta-contêineres. A ideia é evitar novos acidentes, já que o porta-contêineres está com avarias, pelo menos, no casco.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 22/06/2021*

### TARCÍSIO : ESTUDOS CONCLUÍDOS

*Da Redação*

Os estudos para a desestatização do Porto de Santos foram concluídos. Faltando apenas “aperfeiçoamentos”, afirmou ontem o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, durante participação em audiência pública da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Isso permitirá ao Governo realizar, no próximo semestre, uma consulta pública para debater o modelo de desestatização proposto, também afirmou Tarcísio, sem revelar detalher sobre as mudanças previstas para a gestão do principal complexo marítimo do Brasil.

Os estudos foram realizados por um consórcio contratado pelo BNDES.

A privatização planejada pelo Governo envolverá apenas a gestão do cais santista – hoje, sob o controle da Autoridade Portuária de Santos (atual denominação da Codesp), estatal subordinada ao Ministério da Infraestrutura. As operações já foram desestatizadas, sendo passadas para a iniciativa privada entre o final dos anos 90 e início do século.

De acordo com o ministro, após a consulta e eventuais alterações no novo modelo de gestão, a minuta do edital do leilão do Tribunal de Contas da União (TCU) para avaliação. “A gente não licita nada sem o aval do TCU”, destacou Tarcísio”.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 23/06/2021*



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

## ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

### ANTAQ REALIZARÁ AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE THC EM 1º DE JULHO

#### **Reunião virtual começará às 15h**

AANTAQ estabeleceu que a Audiência Pública nº 11/2021-ANTAQ, voltada a "Sistematizar mecanismo de análise e apuração de possíveis abusividades relacionadas com cobrança de THC de usuários, por parte dos armadores que atracam em instalações portuárias brasileiras", ocorrerá no modelo virtual no dia 1º de julho de 2021, com início às 15h e término quando da manifestação do último credenciado, sendo 18h o horário limite para encerramento.

A dinâmica da audiência pública virtual será a seguinte: toda a sessão virtual será transmitida via streaming a toda a Internet, gravada e disponibilizada no canal da ANTAQ no "Youtube"; não é necessária inscrição para assistir à Audiência Pública; os interessados em manifestar-se na audiência deverão se inscrever pelo aplicativo de mensagens "Whatsapp" no número (61) 2029-6940. O período de inscrição será das 10h às 14h do dia 1º de julho de 2021.

Os interessados poderão enviar sua contribuição por vídeo, áudio ou até mesmo por escrito no "Whatsapp". Os interessados também poderão se manifestar entrando na sala de reunião criada no aplicativo "ZOOM". Para isso, no ato de inscrição, o interessado deverá se manifestar nesse sentido e encaminhar seu endereço eletrônico de login no "ZOOM" para ser convidado a entrar na sala na sua vez.

Em caso de problemas computacionais para utilização da ferramenta "ZOOM", será realizada uma segunda tentativa de conexão ao final de todas as contribuições ou o interessado poderá encaminhar sua contribuição pelo "Whatsapp".

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários**

**Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

**Fone: (61) 2029-6520**

**FAX: (61) 2029-6517**

**E-mail: asc@antaq.gov.br**

**Data: 23/06/2021**



## O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

### PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO CONQUISTA RECURSOS PARA RECUPERAÇÃO DE TRECHO DA RODOVIA RIO-SANTOS

**Informação: Prefeitura de São Sebastião (23 de junho de 2021 )**

A reivindicação foi atendida nesta segunda-feira (21), dentro do programa Estrada Asfaltada, do governo do Estado. O trecho do km 112 +550 ao km 120, em São Sebastião, receberá conservação especial e reabilitação de sinalização, com investimento total de R\$ 17.454.845,26.

“Conseguimos concretizar mais uma grande conquista, um grande investimento para trazer mais segurança à população de nosso município”, comemorou o prefeito Felipe Augusto.

Na semana passada, foi confirmada a liberação de investimento superior a R\$ 4 milhões (R\$ 4.241.251,34) para executar o recapeamento total da Avenida Dario Leite Carrijo, com cinco quilômetros de extensão e que liga os bairros Enseada e Jaraguá, na Costa Norte, à SP 055. Esse investimento na Costa Norte faz parte do Programa Novas Estradas Vicinais.

Na mesma ocasião, foi reiterada pelo governo municipal a reivindicação para a execução de rotatórias em bairros da Costa Norte, que no futuro farão a interligação com o Contorno Sul, novo acesso entre São Sebastião e Caraguatatuba.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 23/06/2021*

## VACINAÇÃO E REORGANIZAÇÃO LOGÍSTICA MELHORAM PERSPECTIVAS PARA COMÉRCIO MARÍTIMO

*Informação: SINDAPORT (23 de junho de 2021)*

O avanço da vacinação pelo mundo e a reorganização logística durante a pandemia melhoraram as perspectivas para o comércio marítimo. Agentes de grandes grupos disseram em um congresso internacional que grandes economias apresentam sinais de recuperação, o que deve se confirmar em 2022. Os executivos destacaram a adaptação da cadeia de suprimentos no período, com fortalecimento das cadeias de distribuição, aproximação com clientes e desenvolvimento de tecnologias.

O presidente da CMA CGM, Rodolphe Saadé, disse que olhando o cenário atual o mundo caminha para uma situação econômica mais positiva. A avaliação é que o maior controle da pandemia em alguns países e o avanço da vacinação no ocidente contribuem para as projeções de crescimento. “A previsão para 2022 também é positiva”, comentou Saadé, nesta segunda-feira (21), durante painel no evento virtual World Ports Conference 2021, promovido pela International Association of Ports and Harbors (IAPH), IHS Markit e Porto de Antuérpia.

Ele destacou a transformação da economia norte-americana e a retomada da capacidade industrial na China. O executivo ponderou que o panorama da economia é de recuperação, com perspectiva de aquecimento da indústria, o que passa pelo desempenho da China no ano que vem. “A previsão é difícil, mas só é possível dizer se haverá normalização depois do ano novo chinês de 2022”, ressaltou.

Saadé considera que a digitalização tornou-se uma prática incorporada ao cotidiano e trouxe grande impacto à indústria. Ele deu como exemplo os clientes cada vez mais interessados no rastreamento da carga, o que exige a adoção de estratégias de acompanhamento em tempo real na cadeia de suprimentos, olhando navegação e logística simultaneamente e passo a passo.

O presidente do grupo CMA CGM observa que muitos casos de congestionamentos em portos da costa oeste norte-americana, da Europa e China afetaram a operação, porém chamou a atenção para a necessidade de mais coordenação entre portos e linhas de navegação, inclusive para melhor gerenciar os fluxos de contêineres.

O vice-presidente da China Merchants Port Group, Robin Li, disse que a avaliação dos impactos da pandemia é difícil neste momento porque existem situações distintas em diferentes países, o que prejudica projetar quando a cadeia de suprimentos global vencerá os atuais desafios e retornar a níveis próximos de antes da crise sanitária mundial.

Li acrescentou que o comércio internacional vivencia profundas mudanças, como o aumento exponencial das demandas de e-commerce. Ele mencionou que o crescimento considerável das compras online e o novo padrão de consumo forçaram a adaptação de serviços, com oferta de mais flexibilidade e mais agilidade aos clientes.

O presidente da Vancouver Fraser Port Authority, Robin Silvester, concordou que haverá um longo caminho até uma eventual normalização das atividades. Ele identifica o um dos focos da cadeia de suprimentos em ampliar a previsibilidade. Silvester citou as mudanças de industriais locais e transformações significativas na cadeia logística. O executivo acredita que houve uma revolução na atividade, que precisou aumentar a resiliência.

Silvester disse que houve fortalecimento da cadeia de suprimentos na América do Norte a fim de atender o que o negócio que precisa e oferecer novas soluções e aumentar a capacidade de suprimento, com melhor coordenação e colaboração, dando visibilidade para clientes. Ele também percebe mudança na configuração física e no gerenciamento da distribuição dos produtos dessa cadeia.

Vancouver e Toronto, no Canadá, tiveram que se adaptar à nova capacidade de estoque e entregas. Segundo o presidente da Vancouver Fraser Port Authority, foram criados novos pontos de distribuição nesse período. As mudanças no caminho da distribuição, destacou Silvester, também pediram a implementação de tecnologia em toda a cadeia de suprimentos.

**Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo**

**Data: 23/06/2021**

## CODESA – BNDES REMARCA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA O DIA 06 DE JULHO

**Informação: CODESA (23 de junho de 2021 )**



**Foto: CODESA**

A audiência pública para privatização da CODESA foi adiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o dia 6 de julho. O evento, totalmente online, terá início às 9h. A informação consta no site oficial do BNDES, e pode ser consultada clicando aqui.

A audiência 02/2021 tem o “objetivo de prestar informações ao público, bem como receber sugestões e contribuições ao referido processo de desestatização, cuja modalidade será a alienação da totalidade das ações de titularidade da União e de emissão da CODESA e, ato contínuo, a celebração de Contrato de Concessão entre a União e a CODESA para a exploração dos Portos Organizados de Vitória e Barra do Riacho”.

Os links para participação no evento e demais informações sobre o processo de desestatização da CODESA, incluindo o Regulamento da Audiência Pública, podem ser encontrados aqui.

### Private Landlord

No início deste ano, foi realizada audiência pública sobre a desestatização pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), concluída em fevereiro. Já no dia 9 de junho, o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) publicou a Resolução 188, aprovando o modelo private landlord de desestatização da CODESA. A resolução foi assinada pelos ministros da Economia e Infraestrutura, Paulo Guedes e Tarcísio Gomes de Freitas, respectivamente.

O edital do leilão da Companhia está previsto para ser publicado em outubro deste ano, após recepção das melhorias e ajustes que serão apontados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

A desestatização da CODESA tem como objetivo modernizar a gestão portuária, atrair investimentos e melhorar a operação do setor, estando aderente à política setorial e às diretrizes do Governo Federal de busca por investimentos em infraestrutura por meio de parcerias com o setor privado.

**Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo**

**Data: 23/06/2021**

## PORTO DE SETÚBAL CONTRIBUI PARA OCEANOS MAIS LIMPOS

**Informação: Portos de Setúbal (23 de junho de 2021 )**

O Porto de Setúbal está a criar medidas para a redução da poluição dos oceanos com a aplicação de incentivos no tarifário para o tratamento e valorização integral de todos os tipos de resíduos gerados pelos navios durante as suas jornadas no mar, a vigorar já no início de 2022. Estas medidas constam de taxas fixas pelo tratamento de todos os resíduos dos navios, incentivando os armadores a aderirem a esses serviços.

O objetivo é contribuir para oceanos mais limpos, evitando a eventual descarga indevida de resíduos no mar pelos navios e encontra-se entre as melhores práticas dos portos verdes preocupados com as questões da sustentabilidade e proteção do ambiente, estando também enquadrada nas políticas mais avançadas nacionais e europeias nestas matérias. O porto de Setúbal já está integrado no Projeto Green Award, desde 2005, privilegiando navios com elevados padrões de segurança e eficiência ambiental.

Os portos de Setúbal e Sesimbra inserem-se em áreas de elevada sensibilidade ecológica. Uma percentagem significativa da área sob jurisdição portuária é constituída por sapais e outras zonas de grande valor ambiental e de biodiversidade, que são protegidas e dedicadas à Conservação da Natureza.

A manutenção do valor ecológico destas áreas contribui não apenas para a manutenção do elevado valor paisagístico da zona, mas também para a reposição dos stocks de espécies de interesse comercial e para a manutenção da biodiversidade, sendo uma prioridade em todas as ações dos portos de Setúbal e de Sesimbra, no âmbito da respetiva política de sustentabilidade e proteção do ambiente.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*  
*Data: 23/06/2021*

## ISTOÉ Dinheiro

### ISTOÉ - DINHEIRO

#### GO CONTRATA BNDES PARA ESTRUTURAÇÃO DE CONCESSÕES DE 1,14 MIL KM EM ESTRADAS

O governo do Estado de Goiás contratou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para estruturar a concessão a operadores privados de trechos de sete rodovias estaduais, num total de 1,14 mil quilômetros, informou nesta quarta-feira a instituição de fomento. Os projetos deverão envolver R\$ 1,2 bilhão em investimentos nos primeiros cinco anos de concessão, estimou o BNDES. Começando os trabalhos agora, a previsão é levar os projetos a leilão no primeiro trimestre de 2023.

As rodovias envolvidas são a GO-010 (com 85,02 quilômetros), a GO-020 (149,94 quilômetros), a GO-060 (312,37 quilômetros), a GO-070 (129,63 quilômetros), a GO-080 (143,33 quilômetros), a GO-139 (214,32 quilômetros) e a GO-330 (106,85 quilômetros) e passam por “um importante polo de escoamento de produtos agropecuários”, segundo o BNDES.

“Os estudos devem identificar e avaliar as alternativas para a viabilidade do projeto, levando em conta fatores como as condições e os volumes de fluxo das vias. Eles também poderão considerar possibilidades de mudanças regulatórias e legais. Tais avaliações servirão de base para o agrupamento das vias em lotes a serem concedidos. Com os resultados dos estudos, o Estado de Goiás poderá decidir sobre como as estradas serão concedidas”, diz uma nota divulgada pelo BNDES.

Com mais esse contrato de estruturação, a carteira de projetos de concessões rodoviárias do BNDES passa a somar em torno de R\$ 140 bilhões em investimentos em obras, informou o banco.

No total, as concessões e parcerias público-privadas (PPPs) em estruturação pela “fábrica de projetos” da instituição de fomento somam 22 mil quilômetros em trechos de estradas federais e estaduais.

*Fonte: IstoÉ - Dinheiro*  
*Data: 23/06/2021*

### PARA GUEDES, ARRECADAÇÃO PODE CRESCER MAIS DE 6% E SER TRADUZIDA EM MENOS IMPOSTO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o aumento da arrecadação deve acontecer em linha com a expectativa de crescimento de 5% do Produto Interno Bruto (PIB), previsto no Boletim Focus, vai ser transformado em redução de impostos para famílias e empresas. Guedes disse nesta quarta-feira que, nos anos anteriores, teve de evitar “armadilhas tributárias” que levariam ao aumento da carga tributária em meio a anos seguidos de recessão ou crescimento medíocre. “Não fazia sentido propor alta de impostos em meio a cinco anos de crescimento medíocre. Com a economia crescendo 5%, a arrecadação está crescendo, vamos traduzir para queda de impostos.”

Em sua avaliação, a arrecadação pode crescer mais de 6% este ano e uma parte vai ser traduzida em redução e simplificação de impostos.

O governo está estudando aumentar a faixa de isenção do Imposto de Renda. “Na pessoa física, vamos transformar em aumento da faixa de isenção. Uma pessoa que ganha R\$ 1,9 mil, R\$ 2 mil, R\$ 2,1 mil, R\$ 2,3 mil de salário tem que estar isento. Nós vamos pegar 8 bilhões de brasileiros e, de repente dobrar, essa faixa de isenção, porque vamos tributar lá em cima, quem recebe os dividendos, e que estava isento até hoje.”

O ministro também repetiu que será reduzido o imposto para as empresas, em 5% nos próximos dois anos. “Se o presidente for reeleito, é mais 2,5%”, disse, acrescentando que o imposto de pessoa jurídica tem de ser no máximo 25%, já que a média mundial é de cerca de 22%.

As afirmações de Guedes foram feitas em uma live com Josué Gomes e Rafael Cervone, candidatos, em chapa única, à presidência e à primeira vice-presidência da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), respectivamente.

Gomes e Cervone são apoiados pelo atual presidente da Fiesp, Paulo Skaf, que fez, em seu discurso inicial, campanha para os dois. O caráter eleitoral também ficou claro nas primeiras declarações de Gomes e Cervone, que convocaram os industriais paulistas à votação, que ocorre dia 5 de julho.

*Fonte: IstoÉ - Dinheiro*  
*Data: 23/06/2021*

### GOVERNO TRABALHA PARA ELIMINAR RISCOS DE OFERTA DE ENERGIA PARA 2022, DIZ MINISTRO

*Por Roberto Samora*



*Ministro de Energia do Brasil, Bento Albuquerque em conferência no Rio de Janeiro.*

SÃO PAULO (Reuters) – Diante de uma crise hídrica, o governo trabalha para eliminar riscos para a oferta de energia em 2022, e as ações incluem medidas que não onerem o consumidor, disse o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, nesta quarta-feira.

Segundo ele, o objetivo é que o Brasil tenha ao final do ano melhores condições de operação do sistema elétrico.

O movimento busca que país não tenha em 2022 bandeira tarifária vermelha –atualmente em vigor, o que eleva os custos dos consumidores.

Em audiência em comissão da Câmara, Albuquerque ainda reiterou que o governo não trabalha com hipótese de racionamento compulsório de energia.

Questionado sobre a afirmação do diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, de que o valor cobrado na bandeira tarifária patamar 2 subirá para refletir o maior custo com a geração termelétrica, o ministro evitou falar, acrescentando que esta é uma atribuição da autarquia.

Albuquerque disse ainda que um eventual ajuste na bandeira tarifária deverá ser deliberado até o início da próxima semana pela agência reguladora.

Ele comentou também que o governo brasileiro trabalha “firmemente” para que a usina nuclear Angra 3 entre em operação em 2026, reafirmando projeção anterior.

*Fonte: IstoÉ - Dinheiro*

*Data: 23/06/2021*

## **GUEDES DIZ QUE CÂMBIO “DEVE DESCER BEM MAIS”**

*Por Isabel Versiani*

BRASÍLIA (Reuters) – O valor de equilíbrio do câmbio é “bem abaixo” do patamar atual, disse o ministro da Economia, Paulo Guedes, nesta quarta-feira, acrescentando que sua aposta é que a taxa ainda cairá “bem mais”.



*Ministro da Economia, Paulo Guedes*

Em evento com representantes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Guedes afirmou que o país não tem interesse em receber “dinheiro esperto” que entra para ganhar com a diferença de juros praticados aqui e lá fora.

“Então o câmbio agora já está, o equilíbrio possivelmente é bem abaixo do que está. Chegou aí a R\$5,50, R\$5,70, R\$5,80, e possivelmente é bem abaixo, bem abaixo do patamar atual, que pela primeira

vez está furando 5 para baixo”, disse Guedes.

“Acho que vai descer bem mais na medida em que todo mundo perceber que a política é consistente, é coerente.”

*Fonte: IstoÉ - Dinheiro*

*Data: 23/06/2021*

## **MONEY TIMES**

### **MONEYTIMES**

## **COMISSÃO APROVA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE MICROBACIAS HIDROGRÁFICAS**

*Por Agência Câmara*

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (23) proposta que cria a Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas.

O Projeto de Lei 4778/19 é do deputado Christino Aureo (PP-RJ) e tem por objetivo orientar os agricultores a usar corretamente os recursos hídricos e a vegetação localizados mais próximos às nascentes dos rios.

O texto recebeu parecer favorável do relator, deputado Zé Vitor (PL-MG). Para ele, a proposta “tem potencial de impactar positivamente na qualidade de vida da população residente nas zonas rurais,

podendo influenciar no fortalecimento dos atores locais e aumento das práticas de sustentabilidade ambiental.”



**Zé Vitor**

*A microbacia hidrográfica é definida como a área fisiográfica, inclusive sua cobertura vegetal (Imagem: Maryanna Oliveira/Câmara dos Deputados)*

Vitor recomendou a aprovação das emendas propostas pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, onde o projeto já foi analisado.

### **Ações prioritárias**

Conforme o projeto, a Política Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas terá âmbito nacional e contará com

ações prioritárias.

Entre elas, a capacitação de agricultores, a difusão de tecnologias apropriadas em manejo e conservação de solo, a introdução de práticas de cobertura de solo e de agricultura orgânica, a recomposição de matas ciliares, a conservação da biodiversidade local e o estímulo à criação de conselhos gestores das microbacias.

A microbacia hidrográfica é definida como a área fisiográfica, inclusive sua cobertura vegetal, drenada por curso d'água ou por sistema de cursos d'água conectados de até terceira ordem na hierarquia fluvial e que convergem, direta ou indiretamente, para um leito ou espelho d'água.

Atualmente, não existe uma definição legal para estas microbacias.

### **Tramitação**

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

**Fonte: MoneyTimes**

**Data: 23/06/2021**

## **CCJ TENTA NOVAMENTE VOTAR PROPOSTA QUE TRATA DA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS; ACOMPANHE**

**Por Agência Brasil**

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados está reunida para analisar o parecer do deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA) à proposta que trata da demarcação das terras indígenas.

O parecer foi apresentado na última quarta-feira (16) e teve sua votação adiada por um pedido de vista. Ontem a CCJ tentou analisar o texto, mas um confronto entre indígenas e policiais em frente ao anexo 2 da Câmara adiou novamente a votação.

Maia apresentou um texto substitutivo aos 14 projetos que tramitam em conjunto sobre o tema. O principal (PL 490/07) submete a demarcação de terras indígenas ao Congresso Nacional.

O texto do relator é mais amplo, não trata de demarcação por lei, porém, traz outros temas polêmicos como o chamado marco temporal e mudanças no usufruto pelos povos originários, com a possibilidade, por exemplo, de instalação de bases, unidades e postos militares, expansão da malha viária, e exploração de alternativas energéticas de cunho estratégico.

**Fonte: MoneyTimes**

**Data: 23/06/2021**





### AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

## SENADO PRORROGA DESONERAÇÃO DA INDÚSTRIA QUÍMICA E MP 1034 VOLTA PARA A CÂMARA

*Por epbr - 23 de junho de 2021 - Em Combustíveis, Congresso, Mercado, Política energética*

O Senado modificou na terça (22) a medida provisória que aumenta a tributação sobre o lucro de bancos, reduz benefícios tributários da indústria química e retira isenção sobre combustíveis e derivados na zona franca de Manaus. A MP 1034 também revisa a distribuição das receitas das loterias esportivas.

Agora, volta para a Câmara dos Deputados onde precisa ser aprovada até 28 de junho para não caducar.

É a medida provisória do subsídio do diesel e do GLP, que elevou o imposto de bancos, acabou com o regime especial da indústria química, o Reiq, e estabeleceu um teto para compra de veículos para compra de veículos com isenção para pessoas com deficiência.

O líder do governo no Senado Federal, Fernando Bezerra (MDB/PE) garantiu à bancada do Amazonas o veto ao fim da isenção de tributos sobre combustíveis destinados à zona franca de Manaus.

O fim do Reiq também foi prorrogado. O governo tentou encerrar o regime, mas a Câmara estendeu o prazo para 2025, e por um voto de diferença, o Senado ampliou o prazo para 2028.

O aumento da carga tributária para os bancos foi mantido. Com as alterações, a MP 1034 volta para a Câmara dos Deputados e caduca na próxima segunda, 28 de junho.

### Fim de isenção para zona franca é 'jabuti' conclui governo

Na Câmara, por iniciativa da Receita Federal, foi incluída uma emenda para impedir a desoneração sobre "petróleo, lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo" destinados à zona franca.

Na visão da Receita Federal, a medida – hoje garantida por decisões judiciais – cria uma brecha para que combustíveis vendidos em outras regiões sejam indevidamente desonerados ao passar pela zona franca.

Da mesma forma, os produtores localizados na zona franca não contariam com isenção do Imposto de Importação para esses produtos, seja para consumo interno ou para o processo produtivo que resulte na sua reexportação.

Acabou permanecendo na MP 1034, mas o governo garantiu que vai vetar. O senador Ciro Nogueira (PP/PI), que é da base de Bolsonaro, manteve a emenda, mas o próprio líder do governo no Senado, Fernando Bezerra, defendeu a impugnação do trecho – por ser "matéria estranha" ou "jabuti", incluído na MP.

### Sobrevida ao Reiq

Por apenas um voto de diferença (31 x 30), o Senado decidiu estender o regime tributário especial da indústria química para janeiro de 2028. Na Câmara, já havia sido prorrogado para 2025.

A retirada dos benefícios será gradual, ao longo dos próximos sete anos.

A extensão foi defendida pelo líder da minoria, senador Jean Paul Prates (PT-RN).

“O setor químico é o terceiro maior setor industrial manufatureiro do Brasil e o quinto maior do mundo, [mas] pena muito para competir com a indústria mundial e tem insumos mais caros. Qualquer país desenvolvido no mundo não pode ser desenvolvido sem ter um setor químico fortalecido. Nós estamos enfraquecendo a competitividade desse setor, que já é penalizada”.

De acordo com texto do Senado, as alíquotas atuais de cobrança do PIS e da Cofins para o setor — de 1% e de 4,6%, respectivamente — continuam até junho. A partir daí, elas serão majoradas aos poucos, da seguinte forma:

- 2021: 1,08% e 4,98%;
- 2022: 1,24% e 5,74%
- 2023: 1,32% e 6,12%
- 2024: 1,32% e 6,12%
- 2025: 1,40% e 6,50%
- 2026: 1,48% e 6,88%
- 2027: 1,56% e 7,26%
- 2028: fim do Reiq

A Câmara já havia retirado da MP um artigo previsto que concedia, até 31 de dezembro de 2025, crédito presumido da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, incidentes tanto no mercado interno quanto na importação, para o fabricante de 59 produtos destinados ao uso em hospitais, clínicas, consultórios médicos e campanhas de vacinação.

O senador Ciro Nogueira explicou que o crédito presumido funcionaria como amortecedor do impacto do aumento de preço dos insumos decorrente da extinção repentina do Reiq, mas, como a extinção será gradual, não há mais necessidade desse mecanismo.

### **Automóveis**

O projeto estabeleceria um limite no valor dos carros novos que podem ser comprados por pessoas com deficiência com redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e também aumentaria o intervalo entre usos desse benefício de dois para três anos. No entanto, emendas acolhidas pelo Plenário removeram esses dispositivos do texto.

A senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) argumentou contra essas restrições, afirmando que as pessoas com deficiência precisam desse tipo de auxílio na ausência de políticas urbanas adequadas de acessibilidade e mobilidade no Brasil.

“Essas pessoas enfrentam um verdadeiro rali para circular nas cidades, sem segurança, sem guias rebaixadas, sem transporte. Nenhuma capital brasileira apresenta condições de calçadas adequadas para pedestres e cadeirantes nas ruas e nas faixas de travessia. Essa isenção foi proposta justamente para que essas pessoas possam chegar com dignidade à escola, ao trabalho, às consultas de reabilitação”.

Os senadores mantiveram iniciativa da Câmara que inclui as pessoas com deficiência auditiva entre as que podem se beneficiar da redução do imposto. Hoje, a lei fala apenas em “pessoas com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal”.

Com informações da Agência Senado

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 23/06/2021

### FIM DA DESONERAÇÃO PARA COMBUSTÍVEIS NA ZONA FRANCA DE MANAUS SERÁ VETADO, GARANTE GOVERNO NO SENADO

Por epbr - 23 de junho de 2021 - Em Combustíveis, Comece seu Dia, Newsletter, Petróleo e gás, Política energética

**Contato da redação**  
[epbr@epbr.com.br](mailto:epbr@epbr.com.br)

#### em jogo

O líder do governo no Senado Federal, Fernando Bezerra (MDB/PE) garantiu à bancada do Amazonas o veto ao fim da isenção de tributos sobre combustíveis destinados à Zona Franca de Manaus, durante a aprovação da MP 1034 na noite de terça (22/6).

— É a medida provisória do subsídio ao diesel e ao GLP, que elevou o imposto de bancos, acabou com o regime especial da indústria química, o Reiq, e estabeleceu um teto para compra de veículos com isenção para pessoas com deficiência.

— O fim do Reiq também foi adiado. O governo tentou encerrar o regime de imediato, mas a Câmara estendeu o prazo para 2025, e por um voto de diferença, o Senado ampliou o prazo para 2028. Veja como ficou a MP.

— O aumento da carga tributária para os bancos foi mantido. Com as alterações, a MP 1034 volta à Câmara dos Deputados e caduca na próxima segunda, 28 de junho.

Concessões são pequenas diante da aprovação da capitalização da Eletrobras, defendeu Diogo Mac Cord, secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia.

— “Sem sombra de dúvidas, são pontos muito pequenos frente à enorme vantagem da aprovação da MP da capitalização da Eletrobras”, disse em coletiva de imprensa nessa terça (22/6). O governo espera que o negócio movimente R\$ 100 bilhões.

— A oposição, por sua vez, promete levar a privatização da Eletrobras à Justiça. E a deputada federal Gleisi Hoffmann (PT/RS) passou a colher assinaturas para um decreto legislativo para que seja feito um referendo sobre a privatização da Eletrobras.

Consumidores em choque, escreve Claubert Leite, coordenador do Programa de Energia e Sustentabilidade do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), em sua coluna de estreia na epbr.

— “Se a situação já era difícil em meio às pressões naturais do setor, inclusive em termos de riscos de falta de energia, com a MP mudamos de patamar”.

Racionamento? Declarações do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), deram a falsa impressão de que o governo teria definido um programa de racionamento compulsório de energia. Depois da agitação, Lira se retratou.

— “Falei há pouco com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que esclareceu que a Medida Provisória não irá trazer qualquer comando relativo ao racionamento de energia. Será feito o incentivo ao uso eficiente da energia pelos consumidores de maneira voluntária”.

— O ruído ocorre um dia após o MME publicar uma nota para negar que a MP da crise hídrica vá criar um regime de racionalização compulsória do consumo de energia – o que chegou a ser cogitado internamente. O problema é que a medida já tem nome em Brasília: MP do Racionamento.

Gasmig prepara chamada pública para aquisição de gás natural em Minas Gerais em 2022, afirmou o CEO da distribuidora, Pedro Magalhães, no epbr entrevista. Na visão da companhia, por enquanto, o mercado ainda está fechado e, no curto prazo, o suprimento deve ser feito pela Petrobras.



No Nordeste, as companhias de Alagoas (Algas) Bahia (BahiaGás) e Paraíba (PBGÁS) lançaram nova chamada coordenada para aquisição de gás natural.

— “O objetivo da ação é diversificar as fontes supridoras e buscar melhores condições mercadológicas para os usuários de gás canalizado dos estados”. Juntas, as empresas atendem 138 mil clientes.

— No Centro-Sul, as distribuidoras selecionaram um total de onze supridores para a concorrência, de produtores nacionais, como Petrobras e Shell, a eventuais supridores de gás boliviano e GNL.

Relatório da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA) mostra que 62% da geração total de energia renovável adicionada no ano passado — 162 gigawatts (GW) — teve custos mais baixos do que a opção de combustível fóssil mais barata.

— O Brasil é um dos destaques, com quedas no custo tanto nos painéis solares – 71% mais baixo em 2020 em relação a 2013 – quanto no gasto total de instalação comercial da solar distribuída, que caiu 55% entre 2017 e 2020. Veja os detalhes do relatório.

Dólar recua para o menor patamar desde junho de 2010, com a expectativa de aumento dos juros. A moeda americana fechou a terça (22/6) a R\$ 4,966 (-1,13%).

— A divulgação da ata do Comitê de Política Monetária (Copom) indicou aceleração da alta de juros no Brasil, caso a inflação continue pressionando. O movimento ocorre no exterior, e o Brent segue sua trajetória de recuperação.

— Hoje, o Brent atingiu US\$ 75,66 na máxima e acumula alta de 8% no mês, mesmo com o recuo de terça (22/6), diante do noticiário sobre alta da produção da OPEP+, grupo liderado por Rússia e Arábia Saudita que vem controlando a oferta da commodity. Estadão

Biodiesel. A ANP lançou nessa terça (22/6) o Painel Dinâmico da Qualidade da Produção de Biodiesel, que consolida dados de certificados da qualidade enviados por produtores à agência.

— O certificado da qualidade é emitido pelo produtor de biodiesel e é necessário para a comercialização do produto, e seus dados devem ser enviados à ANP até o décimo dia do mês de produção subsequente.

— O painel disponibiliza informações enviadas desde 2016.

Raphael Moura assumiu como substituto a Diretoria 4 da ANP, que vinha sendo ocupada por Marcelo Castilho, também como substituto, desde o final do mandato de Felipe Kury em dezembro de 2020.

— Estão vinculadas à Diretoria 4 as superintendências de Distribuição e Logística (SDL), Segurança Operacional e Meio Ambiente (SSM), Dados Técnicos (SDT) e Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (SPD).

— Moura é superintendente de Segurança Operacional e Meio Ambiente da ANP e faz parte da lista tríplice de servidores designados pelo presidente da República para atuarem como substitutos em diretorias vagas. Ele já exerceu a função de Diretor-Geral interino entre setembro e dezembro de 2020.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias  
Data: 23/06/2021*

## **PPPS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA AVANÇAM NO BRASIL COM INCORPORAÇÃO DE CRITÉRIOS ESG**

*Por Nayara Machado - 22 de junho de 2021 - Em Diálogos da Transição*



newsletter

**Editada por Nayara Machado**  
**[nayara.machado@epbr.com.br](mailto:nayara.machado@epbr.com.br)**

Para a Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços de Iluminação Pública (ABCIP), o ano de 2020 pode ser considerado o marco da modernização dos parques de iluminação pública no país.

Mesmo em meio à crise provocada pela pandemia de covid-19, o número de cidades que recorreram à parceria com a iniciativa privada para projetos de iluminação pública saltou de 17 para 51, mostra levantamento divulgado nesta terça (22).

Já o número de projetos em andamento saiu de 287 em 2019 e chegou a 422 em março de 2021. Os investimentos previstos para os próximos 20 anos somam quase R\$ 18 bilhões.

Juntos, os projetos já implementados e os em andamento devem cobrir 7,1 milhões de pontos de luz em concessão no Brasil — o que representa cerca de um terço do parque instalado, calcula a ABCIP.

“Os municípios brasileiros, com a ajuda de estruturadores profissionais de projetos de PPP de Iluminação Pública, deram um salto no desenvolvimento urbano, mudando a paisagem e melhorando as condições de vida de sua população”, diz o Panorama da Participação Privada na Iluminação Pública (.pdf).

De acordo com Pedro Vicente Iacovino, diretor presidente da ABCIP, para cerca de 5,5 mil municípios brasileiros a iluminação pública ainda é um problema que fica nas mãos da prefeitura.

“Em geral, o que a gente vê é uma empresa pequena ou a própria prefeitura trocando lâmpadas e reatores, e nada além disso. É uma manutenção corretiva, depois que o usuário reclama, normalmente demorada, dependente de concessionárias em alguns lugares”, diz.

As concessões de PPP são uma forma de melhorar esse serviço e com uma solução de longo prazo, avalia.

“Teremos um investimento no curto prazo, de dois a três anos, modernizando toda a iluminação pública da cidade, e atendendo a demanda reprimida que existe nos municípios. Em seguida a gente entra em um regime de operação e manutenção no longo prazo”, explica.

O tempo médio dos contratos é de 13 anos, mas a lei de concessão permite até 35 anos para este tipo de projeto.

### **Leilões e investimentos**

Dos R\$ 18 bi em investimentos previstos, R\$ 310 milhões são provenientes do leilão que ocorreu em novembro de 2020 para modernização de mais de 100 mil pontos de iluminação, em Belém (PA) e em Sapucaia do Sul (RS).

A Caixa também viabilizou, em agosto do ano passado, o leilão de PPP para a modernização de 129,4 mil pontos de iluminação das cidades de Aracaju (SE), Feira de Santana (BA) e Franco da Rocha (SP), somando R\$ 300 milhões.

O restante dos aportes vem de projetos licitados com atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES):

Porto Alegre (RS) e Teresina (PI), em 2019, e Vila Velha (ES), Macapá (AP) e Petrolina (PE) em 2020. Juntos, somam 290 mil pontos de luz e investimento aproximado de R\$ 859 milhões.

Também entram nessa conta as PPP do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, a primeira capital do país a adotar esse modelo.

Para o primeiro semestre de 2021 estão programados leilões com apoio técnico do BNDES em Curitiba (PR) para modernização de 163 mil pontos de iluminação e investimentos estimados em R\$ 330 milhões e Caruaru (PE), que prevê modernizar 31 mil pontos de iluminação, com aportes de R\$ 86 milhões.

Há também previsão de licitação em Campinas (SP) ainda neste semestre. O projeto está sendo estruturado pela Caixa, com investimento estimado de aproximadamente R\$ 256 milhões.

### **Retornos sustentáveis no longo prazo e impactos ambientais reduzidos**

Entre as vantagens desse modelo de concessão, Iacovino indica a expansão e modernização dos parques de iluminação, com efeitos na eficiência no consumo de energia.

A associação calcula que a redução no consumo e na fatura de energia destinada a iluminação pública varia de 50% a 80% dependendo do parque instalado

“A gente tem dobrado o número de concessões a cada ano, nos últimos três anos. Temos várias multinacionais como concessionárias no país. Isso demonstra que o setor está se consolidando e vem para ficar”, aposta.

Além disso, o executivo explica que as concessões impulsionam a aplicação de critérios ESG (sigla em inglês para ambiental, social e governança) no setor.

“Do ponto de vista ambiental a gente traz uma redução drástica do consumo de energia e uma consequente redução de emissões atmosféricas da ordem de 70% a 80%.

No social, com a economia [na conta de energia], o município vai poder alocar essas verbas de outras formas na cidade.

Na governança, nós temos uma fonte de receita assegurada, com baixa inadimplência. E auditoria que garante os índices de eficiência contratada”, completa.

### **Destaques do Panorama ABCIP:**

- Até março de 2021, 51 contratos foram assinados no Brasil, atendendo uma população de 35,8 milhões. Em 2019, eram 24 contratos;
- As PPPs fazem a gestão de 2,4 milhões de pontos de luz no Brasil;
- O valor contratado para os próximos anos soma 17,3 bilhões;
- Nove capitais adotam o modelo de concessões via PPP. Curitiba e Fortaleza estão com projetos em andamento e até o final de 2021 devem elevar o número de capitais para 11;
- 41% dos contratos são em cidades com até 100 mil habitantes;
- 65% dos contratos assinados estão em cidades com até 250 mil habitantes;
- Os 422 projetos em andamento vão atender mais 52 milhões de habitantes e adicionar 4,7 milhões de pontos de luz;
- Minas Gerais lidera o ranking dos projetos de PPP de iluminação pública em andamento em 2020, com 120 municípios, seguido pela Bahia (50), São Paulo (44), Rio Grande do Sul (38), Pernambuco (33) e Paraná (27).

### **Curtas**

A Qair Brasil, do grupo francês Qair, iniciou os estudos de viabilidade para construção de uma planta de hidrogênio verde no Ceará. O investimento no projeto — que será construído em quatro etapas, de 2023 a 2030 — está estimado em US\$ 3,9 bilhões. eprb

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) elegeu seu Conselho Consultivo para os próximos três anos, liderado pela ex-presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) Clarissa Lins. Ela terá como suplente Guilherme Moraes Velho, da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine). Estadão/Investing

O setor agropecuário poderá perder dinamismo e encerrar 2021 com PIB estável. Diante da consolidação das estimativas de quebras de safra por causa do baixo volume de chuvas, a consultoria MB Agro revisou seu cenário para o ano, que era de expansão de 2,5% a 3% do PIB do campo. Valor

Empresas falam sobre diversidade, mas só um terço tem estrutura e foco para agir sobre o tema. Levantamento de consultoria de seleção e desenvolvimento de profissionais na alta liderança mostra que 27% das empresas nem discutem o tema nos conselhos de administração. Valor

O estado do Rio de Janeiro subiu uma posição no ranking de potência instalada de geração distribuída de energia solar em maio contra abril. Segundo levantamento da Win Energias Renováveis, o crescimento foi de 14% no período, para 251 megawatts. Broadcast

Assine a newsletter Diálogos da Transição, e fique por dentro da nossa cobertura dos mercados de gás natural, energias renováveis e biocombustíveis.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 23/06/2021



## JORNAL O GLOBO – RJ

### COM CRISE HÍDRICA, OFERTA DE ENERGIA EÓLICA PODE DOBRAR EM POUCOS MESES

Energia vinda do vento pode chegar a 18% do fornecimento, segundo associação. Investimento em fontes como solar e biomassa tende a aumentar

Por Henrique Gomes Batista



**Turbinas no Ceará: a energia eólica pode dobrar de patamar em setembro, para 18% da matriz energética do país, com entrada de novos campos**  
Foto: Adriano Machado / Bloomberg via Getty Images

SÃO PAULO — Se o apagão, em 2001, deixou como herança para o Brasil uma rede de termelétricas - fonte energética considerada cara -, a atual crise hídrica tende a deixar como legado mais investimentos em energia eólica, solar e de biomassa. Só a eólica deve dobrar a oferta em poucos meses.

Empresas buscam nessas fontes formas de se precaver de futuras secas, que tendem a se tornar mais frequentes com as mudanças climáticas, e veem a água como alvo de debates e perdendo espaço na geração energética.

— O uso da água vai ser analisado a partir de suas prioridades, como consumo humano e animal, deixando a geração elétrica em segundo plano — afirmou Rodrigo Sauaia, presidente executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSolar).

Para Luiz Serrano, sócio e diretor da RZK Energia, o custo elevado decorrente da crise hídrica será um grande acelerador para as decisões de investimento nessas fontes. O preço do megawatt/hora (MWh) no mercado spot passou de R\$ 300, em março, para os atuais R\$ 520.

Isso ainda deve se refletir na conta de luz dos consumidores residenciais na revisão tarifária anual, mas já impacta os grandes consumidores que não tinham energia contratada:

— O investimento em autoprodução por parte de empresas que são grandes consumidoras deve ficar mais nítido no segundo semestre — afirma Serrano.

### **Biogás em frigoríficos**

Elbia Gannoum, presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), afirma que a energia vinda do vento pode chegar a 18% do fornecimento, o dobro do patamar atual, em setembro, quando os níveis dos rios deverão estar em seu pior momento:

— Campos eólicos que estão em fase final de instalação e têm capacidade de 1 gigawatt (GW) deverão entrar em operação antecipada, ganhando em média três meses em burocracia e obras.

A biomassa, por sua vez, continua muito concentrada em aterros sanitários e no bagaço da cana-de-açúcar, mas tem potencial para se diversificar. Manuela Kayath, presidente da MDC, empresa que opera biometano e vapor a partir de biomassa, vê uma aceleração nos projetos do setor:

— Nos frigoríficos será possível gerar biogás a partir dos dejetos animais com um processo de biodigestão.

Ainda assim, a Associação Brasileira da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica) ressalta que o país explora hoje apenas 15% do potencial de biomassa do setor. Ou seja, o Brasil pode ter um rápido crescimento na geração de energia a partir do bagaço da cana.

A RZK Energia entregou para a Claro a maior usina de geração distribuída do Brasil, uma unidade de biogás em Nova Iguaçu que gera, a partir de resíduos orgânicos, 4,65 MW médios.

A operadora de telefonia, que já conta com 52 usinas de fontes renováveis, prevê mais investimentos em projetos de energia:

— O programa “Energia da Claro” é dinâmico e tem previsão de atender a 80% do consumo total de energia da Claro, com redução nas emissões de CO2 na atmosfera — conta Hamilton Silva, diretor de Infraestrutura da empresa.

João Teles, pesquisador da FGV Energia, ressalta que a diversificação da matriz elétrica do país é a razão de a atual crise hídrica não ter se transformado, automaticamente, em uma crise energética.

Diferentemente do que ocorreu no racionamento de 2001, quando as hidrelétricas representavam cerca de 90% da geração do país, hoje elas respondem por 63,8%, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). E as fontes renováveis são relevantes: a eólica tem 9,2%, biomassa e biogás respondem por 9%, e a solar, por 1,7%.

### **Parceria com Reino Unido**

Neste cenário, energias ainda mais disruptivas, como a eólica offshore (com campos marinhos) e o hidrogênio verde, que ainda são promessas no país, devem ganhar velocidade. E um dos maiores incentivadores é o governo britânico.



Simon Wood, cônsul-geral do Reino Unido no Brasil, afirma que a implementação global da eólica offshore deveria estar sendo feita em uma velocidade quatro vezes maior. Ele acredita que o Brasil, com uma costa marítima tão ampla, tem grande potencial, ainda que precise superar alguns problemas regulatórios e de financiamento.

— Embora se trate de uma questão ambiental, a transição energética cada vez mais é uma questão econômica também. É cada vez mais barato produzir energia a partir de eólicas offshore do que de derivados de petróleo. Temos muitas parcerias com o Brasil, inclusive na questão do financiamento. E já temos até cooperações municipais, como entre as cidades de Aberdeen, no Reino Unido, e Macaé, no Rio — conta Wood.

O cônsul-geral espera mais parcerias em hidrogênio verde e energia solar — que, no chuvoso Reino Unido, têm o dobro de participação na matriz energética total que no Brasil.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 23/06/2021*

## 'NÃO TRABALHAMOS COM HIPÓTESE DE RACIONAMENTO', DIZ MINISTRO DE MINAS E ENERGIA

Bento Albuquerque também disse que ministério espera alívio de 1,1% na conta de luz com a privatização da Eletrobras

*Por Gabriel Shinohara*

BRASÍLIA — Em meio a uma crise hídrica que deve elevar o preço das contas de luz, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirmou nesta quarta-feira que o governo não trabalha com a hipótese de racionamento de energia. Albuquerque participou de uma sessão na Comissão de Minas e Energia na Câmara dos Deputados.

— Nós monitoramos o setor elétrico brasileiro 24 horas por dia, 365 dias por ano. Estamos permanente reunidos, a sala de situação também, que está no Palácio do Planalto, ela trabalha diuturnamente com todos os órgãos para que tenhamos segurança das medidas que estão sendo adotadas e também do controle da ação planejada, ou seja, não trabalhamos com a hipótese de racionamento — afirmou o ministro.

A fala de Albuquerque acontece após o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) ter falado em racionamento, mas voltado atrás na noite de terça-feira.

Na comissão, o ministro também ressaltou que o governo vem atuando desde o ano passado para evitar falta de energia em 2021. Entre as ações destacadas, Albuquerque citou a tentativa de antecipar o funcionamento de usinas e linhas de transmissão em construção, gestão para garantir combustível para as usinas e um programa para redução de consumo de energia pelas indústrias nos horários de pico.

— Estamos antecipando dentro do possível a entrada em operação de determinadas usinas que serão importantes para manutenção dos nossos reservatórios e para que nós cheguemos ao final do ano em melhores condições — disse.

Atualmente, governo tem adotado as usinas termelétricas, que são mais caras e mais poluentes. Na última terça-feira, essas usinas bateram recorde de geração de energia.

### Privatização da Eletrobras

O ministro também comentou sobre a privatização da Eletrobras, aprovada na terça-feira pelo Congresso Nacional. Segundo Albuquerque, a privatização, com o pagamento de outorgas e os recursos de Itaipu transferidos para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), podem levar a um alívio tarifário de 1,1% para o consumidor.

O ministro explicou que 44% da tarifa de energia é fruto do custo da geração de energia, 30% da receita de distribuição, 11% despesas com transmissão, encargos setoriais, 4,5% e a CDE, 11%.

Segundo o ministro, são os recursos destinados à CDE pela MP aprovada pelo Congresso que devem trazer esse alívio tarifário para o consumidor.

— A MP destina R\$ 30 bilhões na outorga, em 30 anos, para a CDE e também proporciona que 75% dos recursos de Itaipu sejam também atribuídos à CDE, cerca de R\$ 12 bilhões nos próximos 10 anos e 50% a partir de 2033 correspondendo a R\$ 817 milhões por ano. Estimativas do Ministério de Minas e Energia indicam um alívio tarifário para o consumidor de 1,1% considerando essa composição — disse o ministro.

A CDE é um fundo setorial que reúne recursos para custear políticas públicas como investimentos no serviço de energia elétrica e descontos para áreas específicas, como a população de baixa renda e rural.

O ministro também ressaltou que a privatização da Eletrobras retira o risco hidrológico e tem um impacto positivo na tarifa.

— A MP retira o risco hidrológico do consumidor que nos últimos anos tem sido uma importante parcela na composição da tarifa. Em 2017 correspondeu a 78 reais por MW/h para o nosso consumidor — disse.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 23/06/2021*

## MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA PEDE R\$ 2,4 BI E CITA RISCO DE INTERRUPÇÃO DE OBRAS EM RODOVIAS

Em ofício enviado à pasta da Economia e à Casa Civil, órgão diz que precisa 'urgentemente' de R\$ 1 bilhão até julho

*Por Daniel Gullino*



*O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, participa de inauguração de ponte entre o Piauí e o Maranhão Foto: Isac Nóbrega/Presidência/20-05-2021*  
PUBLICIDADE

BRASÍLIA — O Ministério da Infraestrutura pediu, em ofício enviado à Casa Civil e ao Ministério da Economia, a liberação de R\$ 2,4 bilhões para o ano de 2021. Destes recursos, o ministério afirma que precisa "urgentemente" de R\$ 1 bilhão até o início do segundo semestre, para evitar a interrupção de obras em rodovias.

O ofício é assinado pelo secretário-executivo da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, que ressaltou que já havia enviado outros dois pedidos com o mesmo teor, nos dias 18 e 31 de maio. Sampaio diz que o Orçamento de 2021 destinou para a pasta "montante bastante inferior à série histórica de execução e ao planejamento de gastos traçados para o ano de 2021".

Procurado, o Ministério da Economia respondeu que "os pedidos estão em análise e serão levados à JEO (Junta de Execução Orçamentária)". A Casa Civil não respondeu até o momento.

Do R\$ 1 bilhão que considera prioritário, o secretário-executivo diz que R\$ 430 milhões seriam para "evitar a interrupção de serviços em diversas obras rodoviárias" que são estão sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Ele cita como exemplos obras na BR-319/AM, BR-080/GO, BR-419/MS, BR-163/PA e BR-470/SC.

"Quando concluídos, os referidos investimentos aumentarão os níveis de segurança e de trafegabilidade viária, fato que justifica os esforços no sentido de preservá-los de paralisações, até porque as condições climáticas atuais, estação da estiagem, devem ser aproveitadas para intensificar o ritmo de execução daquelas obras", escreve Sampaio.

Os outros R\$ 600 milhões seriam para conservação e recuperação de ativos do Dnit. "Tal suplementação é fundamental para viabilizar a execução de determinadas despesas com a manutenção da malha rodoviária federal, inclusive a realização de adequações rodoviárias oriundas de decisões judiciais", diz o ofício.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 23/06/2021*

### **DONO DO EVER GIVEN E GOVERNO DO EGITO CHEGAM A ACORDO. SERÁ QUE NAVIO VAI, ENFIM, SAIR DO CANAL DE SUEZ?**

Acerto ainda é preliminar. Autoridades exigiam US\$ 900 milhões para cobrir perda de taxas de trânsito, danos à hidrovia e custo de equipamento e mão de obra do resgate

*Por Bloomberg*



*O Ever Given no Canal de Suez, após o desencalhe*  
*Foto: MOHAMED ABD EL GHANY / REUTERS*

LONDRES - Autoridades egípcias e proprietários do gigantesco navio Ever Given que bloqueou o Canal de Suez no início deste ano chegaram a um acordo preliminar sobre a indenização, de acordo com representantes do navio.

"Após extensas discussões com o comitê de negociação da Autoridade do Canal de Suez nas últimas semanas, "um princípio de acordo entre

as partes foi alcançado", disse em nota o Stann Marine Ltd., um escritório de advocacia com sede em Londres cujos clientes são os proprietários e seguradoras do Ever Given, em uma declaração enviada por e-mail.

Os dois lados irão finalizar um acordo "o mais rápido possível", após o qual serão feitos arranjos para permitir que o navio deixe o Egito, disse Stann. A firma não divulgou detalhes financeiros.

O Ever Given, com 400 metros de comprimento, um dos maiores navios porta-contêineres do mundo, encalhou na parte sul do canal no final de março, bloqueando-o por seis dias e causando turbulência nos mercados de transporte marítimo.

O incidente chegou a causar um congestionamento de mais de 400 embarcações.

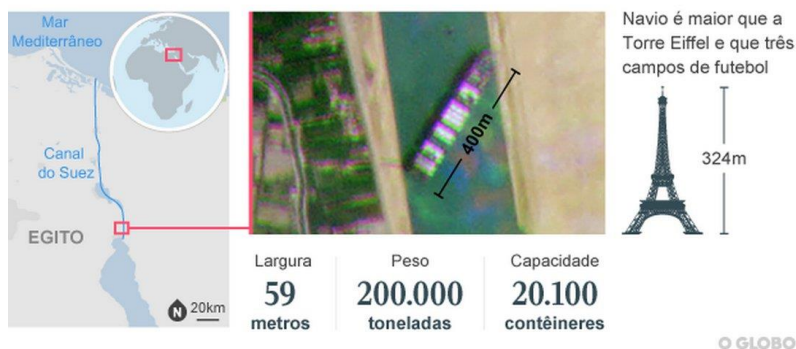
A Autoridade do Canal originalmente exigiu mais de US\$ 900 milhões para cobrir a perda de taxas de trânsito, danos à hidrovia durante os esforços de resgate e o custo de equipamento e mão de obra. Posteriormente, reduziu o montante para cerca de US\$ 550 milhões.

A japonesa Shoei Kisen Kaisha Ltd., a proprietária, e as seguradoras do navio ofereceram inicialmente US\$ 150 milhões. A Evergreen Line de Taiwan fretou o navio, que viajava da China para Roterdã.

Depois de ser libertado em 29 de março, o Ever Given foi levado para o Grande Lago Amargo - no meio caminho ao longo do canal - e desde então foi mantido lá pelas autoridades egípcias.

### Onde o Ever Given encalhou

Porta-contêineres da Evergreen Marine Corp. tinha como destino Roterdã, na Holanda, após sair da China



Cerca de 12% do comércio mundial flui através do Canal de Suez, tornando-o tão estratégico que as potências mundiais lutam pela hidrovia desde que foi concluída em 1869. Aproximadamente 30% do volume mundial de contêineres de transporte transita pelos 193 km do canal diariamente.

Até o momento, ninguém foi formalmente acusado pelo incidente. Poucas semanas após o encalhe, Marwa Elselehdar, primeira mulher capitã de navio do Egito, foi

surpreendida com rumores na internet de que ela era a culpada pelo incidente.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 23/06/2021

### PRESIDENTE DA ELETROBRAS PREVÊ DOBRAR INVESTIMENTOS APÓS APROVAÇÃO DA MP QUE VIABILIZA A PRIVATIZAÇÃO DA ESTATAL

Em entrevista, Rodrigo Limp afasta riscos de judicialização e diz que PDV deve reduzir quadro a 11.600 funcionários

Por Manoel Ventura e Bruno Rosa



Limp disse que grande fonte de energia da empresa é hidrelétrica, mas quer ampliar modalidades eólica, solar e nuclear Foto: Pedro França / Agência O Globo

BRASÍLIA E RIO - O presidente da Eletrobras, Rodrigo Limp, prevê que com a capitalização da empresa que, na prática, significará a privatização da estatal, será possível ampliar os investimentos para R\$ 200 bilhões até 2035.

Segundo suas estimativas, é mais do que o dobro do que seria possível sem a privatização. A medida provisória (MP) que abre caminho

para privatizar a empresa foi aprovada esta semana pelo Congresso.

Em entrevista exclusiva ao GLOBO, Limp detalha que planeja reduzir o efetivo de pessoal da estatal dos atuais 12 mil funcionários para 11.600, por meio de um programa de demissão voluntária (PDV). E afirma que não vê riscos de judicialização no processo de privatização, apesar dos "jabutis" que foram incluídos no texto da MP.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 23/06/2021

### 'VAMOS INVESTIR R\$ 200 BILHÕES ATÉ 2035 COM A PRIVATIZAÇÃO', DIZ PRESIDENTE DA ELETROBRAS

Rodrigo Limp diz que crise hídrica é 'gravíssima' e que capitalização dará capacidade à empresa de aumentar oferta de energia

Por Manoel Ventura e Bruno Rosa



BRASÍLIA E RIO- Um dia depois de o Congresso aprovar a medida provisória (MP) que permite privatizar a Eletrobras, o presidente da estatal, Rodrigo Limp, disse que a capitalização permitirá à empresa dobrar sua capacidade de investimento.

Em entrevista ao GLOBO, ele afirmou que a empresa investirá R\$ 200 bilhões até 2035, no momento em que o país precisa ampliar sua capacidade de geração por causa da crise hídrica — classificada por Limp como “gravíssima”.

Sem a capitalização, a Eletrobras só seria capaz de aportar metade desse valor, afirmou.

Antes da privatização, a empresa espera reduzir seu quadro de 12 mil funcionários para 11.600, por meio de um programa de demissão voluntária.

### **A Eletrobras terá de enxugar custos até a privatização, prevista para fevereiro?**

Vamos seguir com nossa pauta de racionalização de empresas, reduzindo de 80 SPEs (Sociedades de Propósito Específico) para 49 SPEs. Em termos de pessoal, temos plano de demissão consensual este ano. Devemos reduzir de um pouco mais 12 mil para 11.600. Temos expectativa de economia anual de cerca de R\$ 290 milhões. Isso vai deixar a empresa mais preparada para o avanço do processo de capitalização.

### **A Eletrobras vai conseguir voltar a investir depois da capitalização?**

Vamos conseguir otimizar processos e ter mais agilidade para participar mais ativamente da expansão da oferta de geração e da transmissão. Vamos ganhar mais competitividade por não termos mais as amarras de uma empresa estatal.

Vamos investir R\$ 200 bilhões até 2035 com a privatização. Em média, é R\$ 13 bilhões por ano. Sem a capitalização, seria menos da metade, R\$ 95 bilhões. Nos últimos dois anos, investimos R\$ 3 bilhões a cada ano.

Não é só falta de chuva: Entenda em oito pontos como o Brasil está, de novo, à beira de um racionamento

### **Qual é o perfil desses investimentos?**

Vamos avançar nos projetos de comercialização de energia e ficar mais aderentes ao dinamismo do setor elétrico, com a ampliação do mercado livre. Mas nosso core business (negócio principal) é geração e transmissão. A grande fonte da Eletrobras é a hidrelétrica, mas queremos diversificar com eólica, solar e nuclear.

### **Como ficará o investimento em energia nuclear?**

Angra 3, depois da segregação, vai ser controlada por uma empresa estatal. O que está se desenhando é que a Eletrobras continue sendo sócia, mas minoritária. Ainda não está definida essa participação. A nova empresa estatal vai capitalizar a Eletronuclear e assim diluir a participação da Eletrobras. Essa nova estatal vai ser ainda a responsável pela comercialização da energia de Itaipu.

### **Há risco de judicialização, já que a MP tem uma série de jabutis, pontos que não estão ligados à privatização da Eletrobras?**

Já ouvimos que vão entrar na Justiça contra a MP. Mas o Judiciário vai fazer a avaliação. Não vejo motivo para suspender. O que foi incluído na MP estava dentro da legitimidade do Congresso e temos ainda que esperar a sanção do projeto pelo Poder Executivo.

Muitas associações no setor começaram a falar que o custo da privatização da Eletrobras ia ser muito alto para sociedade. Vai ser um custo alto demais?

Não vejo o saldo da MP gerando aumento do custo para o consumidor. Ao contrário. E também pelo fato de ter uma Eletrobras competitiva, a maior do setor com capacidade de investimento, participando ativamente da expansão da geração. Isso, sem dúvida, traz benefícios positivos.

### **A capitalização será feita nas bolsas de Nova York, São Paulo e Madri?**

Isso ainda vai ser avaliado, mas, a princípio, tem uma probabilidade razoável de que isso aconteça. Pelo menos na Bolsa de Nova York, mas não há definição ainda.

### **A MP aprovada proíbe a Eletrobras de mudar sedes por dez anos. Isso tira um pouco a atratividade da empresa?**

Naturalmente, você tira uma flexibilidade do novo gestor, mas não vejo com grandes preocupações. No nosso planejamento não há menção para incorporação, fusão ou mudança de sede das empresas.

### **A privatização da Eletrobras pode se dar no contexto de crise hídrica. Como a empresa pode contribuir?**

De fato, a gente enfrenta uma gravíssima crise hídrica, a mais grave dos últimos 91 anos. Mas vejo hoje o Ministério de Minas Energia, o governo federal muito estruturado, tomando as ações necessárias. E a Eletrobras vai ser fundamental, pois é responsável por 30% da geração e 45% da transmissão.

### **A gente viu muitos funcionários contra o projeto. Qual o plano para lidar com essa insatisfação?**

É natural que mudanças como as que caminham para acontecer na Eletrobras gerem incertezas. É normal. Vamos reforçar a comunicação com os empregados no sentido de total transparência da diretoria. O grande processo de redução de funcionários da Eletrobras já aconteceu. A Eletrobras saiu de 24 mil funcionários para 12 mil. O grande desafio da Eletrobras não é reduzir pessoal. Temos sim necessidade de rejuvenescer quadros. O último concurso da holding foi em 2010. É claro que alterações pontuais, ajustes, poderão ser feitos dependendo da nova gestão.

*Fonte: O Globo - RJ  
Data: 23/06/2021*

## **COM AVANÇO DA VACINAÇÃO, ANALISTAS ELEVAM PROJEÇÕES PARA CRESCIMENTO DO PIB PARA ATÉ 5,8%**

Crise hídrica, custos de produção elevados e desemprego alto, contudo, são riscos à retomada  
*Por Carolina Nalin*

RIO - A melhora da atividade econômica e o avanço da campanha de vacinação contra a Covid-19 têm levado analistas a revisarem para cima as projeções de crescimento da economia para este ano. O otimismo com a retomada é baseado na premissa de que a maior oferta de imunizantes possibilitará o cumprimento das expectativas de que toda a população adulta esteja vacinada no início do quarto trimestre.

O resultado previsto deverá ser o retorno mais rápido que o esperado anteriormente das atividades presenciais, como as do setor de serviços prestados às famílias, muito afetados pelas restrições de mobilidade necessárias para conter a pandemia. A expectativa, contudo, ainda é modulada por uma série de incertezas.

O possível impacto da crise hídrica na atividade, os custos de produção ainda elevados, além de inflação e desemprego em patamares altos, podem dificultar a retomada.

Entre as mais otimistas, a Genial Investimentos revisou sua previsão de crescimento do PIB neste ano de 4,3% para 5,8%. José Márcio Camargo, economista-chefe da corretora, lembra que, além do aumento da taxa de investimentos — que impulsionou a alta da atividade no primeiro trimestre e pode indicar uma retomada mais sustentável da economia ao torná-la atraente ao capital privado — o setor de serviços tende a se recuperar de forma mais robusta com a aceleração do ritmo de vacinação.

— Era esperado um aumento na oferta de vacinas quando os Estados Unidos, principalmente, já tivessem grande parte da população vacinada, permitindo que o processo de imunização avançasse

em outros países. A hora que o setor de serviços voltar a funcionar a pleno vapor, a demanda será muito rápida e forte, e o desemprego deve começar a cair, com a geração de postos de trabalho informais — afirma o economista.

### Alta até o fim do ano

Para ele, neste ano, a crise hídrica deve afetar somente o custo da energia e as expectativas de inflação. Já em 2022, há um risco de racionamento que não pode ser descartado.

— Se continuarmos com o problema hídrico e tivermos racionamento no ano que vem, isso reduzirá o crescimento do PIB. Vamos ter que olhar com muito cuidado — diz Camargo, que prevê crescimento de 2,5% em 2022.

Julia Gottlieb, economista do Itaú Unibanco, explica que a projeção de crescimento da economia foi revisada de 5% para 5,5% após a alta de 1,2% do PIB no primeiro trimestre. Entre os fatores, estão o avanço da vacinação, a normalização da taxa de poupança (beneficiando o consumo) e o contínuo processo de crescimento da economia global:

— O PIB continuará crescendo no segundo, terceiro e quarto trimestres. Alguns setores, em particular os mais sensíveis às restrições, como bares, restaurantes, hotéis e também os serviços de administração e educação pública, ainda estão em níveis deprimidos. Eles são cerca de 30% do PIB e tendem a se recuperar nos próximos trimestres, à medida em que a vacinação permitir maior mobilidade.

A projeção da XP Investimentos para o PIB também foi revisada para cima, passando de 4,1% para 5,2% para este ano. Caio Megale, economista-chefe da corretora, explica que já considerava a aceleração da vacinação no segundo semestre, mas o ganho de robustez neste processo pode levar a uma retomada mais rápida dos serviços, setor que mais emprega na economia:

— A antecipação do calendário ajuda um pouco, porque tem setores que ainda estão fechados. Nos Estados Unidos, onde a população já está mais vacinada, os estádios estão cheios e os restaurantes, com dificuldades de contratar. Este fim de semana houve excesso de demanda por voos domésticos, e as empresas colocariam mais voos, só que não tinham pessoal para trabalhar.

### Impulso ao consumo

Megale acredita que o mesmo acontecerá no Brasil:

— O crescimento do segundo semestre será mais puxado pelo setor de serviços e vamos ver uma melhora do desemprego, sendo um impulso adicional para o consumo.

A gestora Armor Capital também revisou a projeção de PIB para 2021, de 4,5% para 5,5%. Andrea Damico, economista-chefe da empresa, explica que a resiliência da atividade econômica foi o que mais influenciou a revisão, já que o avanço do calendário de vacinação é ainda recente para pesar nas estimativas:

— Pode até ajudar um pouco, mas vejo que o principal fator foi a resiliência da economia diante da segunda onda (de Covid-19) e da ausência do auxílio no primeiro trimestre.

Por outro lado, alguns riscos importantes permanecem no radar, afirma Andrea:

— Sem dúvida, a crise hídrica ainda é um risco grande. Por ora, vemos mais impacto sobre os preços, mas há o risco de racionamento. Além disso, há os problemas das cadeias produtivas com a falta de insumos, que é uma questão global.

**Fonte: O Globo - RJ**

**Data: 23/06/2021**

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

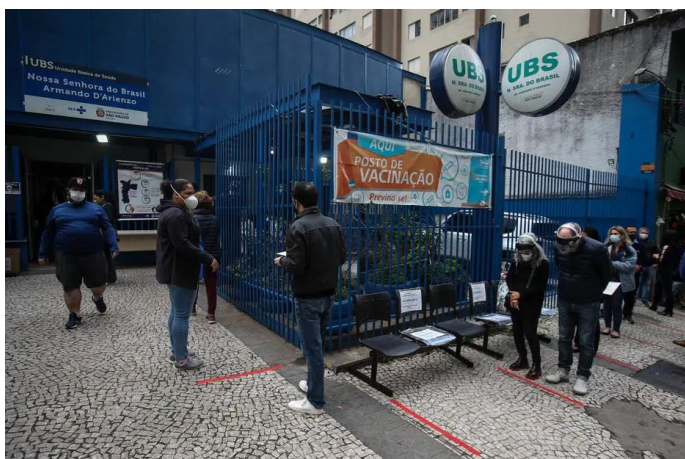
#### GOVERNO DE SP PRORROGA RESTRIÇÕES DA FASE DE TRANSIÇÃO ATÉ 15 DE JULHO

No próximo sábado, seis mil litros de Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) devem chegar ao Estado de São Paulo para a produção de dez milhões de doses de Coronavac

*Por Mariana Hallal, O Estado de S.Paulo*

Sem uma queda consistente no número de óbitos e casos de coronavírus, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), prorrogou a fase de transição do Plano São Paulo até 15 de julho. As medidas restritivas e os horários de funcionamento dos estabelecimentos permanecem os mesmos.

Na fase de transição, as atividades comerciais, restaurantes e similares, salões de beleza e barbearias, atividades culturais e academias esportivas podem funcionar das 6h às 21h. Atividades religiosas presenciais e individuais continuam permitidas. Os estabelecimentos podem funcionar com 40% da capacidade. Atividades administrativas não essenciais devem optar pelo teletrabalho.



**A cidade de São Paulo iniciou nesta quarta-feira (23) a vacinação contra a Covid-19 de pessoas com 49 anos Foto: FELIPE RAU/ESTADAO**

O toque de recolher das 21h às 5h continua em vigor. Atividades de comércio, serviços e indústria devem ter horário escalonado para evitar aglomerações no transporte público. Patrícia Ellen, secretária de Desenvolvimento Econômico, disse que já é possível notar uma melhora em alguns indicadores. No entanto, o número de casos e óbitos precisa diminuir mais ainda para que novas flexibilizações sejam feitas. "Nos últimos três meses nós reduzimos a ocupação dos leitos de

enfermaria e de UTI", disse Patricia.

Doria reforçou que a vacinação na capital paulista foi retomada nesta quarta-feira para pessoas de 49 anos. Na terça, a cidade recebeu cerca de 181 mil doses de Coronavac. O secretário estadual de Saúde Jean Gorinchteyn afirmou que só ficou sabendo sobre a falta de doses no início dessa semana, e foi rebatido pelo prefeito de São Paulo Ricardo Nunes (MDB). A capital disse que avisou ao Estado durante o fim de semana sobre a iminente falta de doses.

Nunes foi convidado para a coletiva e, antes de sua fala, o governador afirmou que a relação entre o Estado e a prefeitura de São Paulo é boa. "As relações seguem como sempre foram: boas, fluidas e voltadas para o atendimento da população", disse. O prefeito da capital agradeceu ao governador "pelo empenho em buscar vacinas e pela dedicação em salvar vidas".

#### Vacinação

Questionada sobre o cumprimento do cronograma de vacinação, a equipe do governo estadual disse que depende das doses enviadas pelo Ministério da Saúde. O governo federal divulga previsões mensais de doses recebidas, mas dificilmente a projeção é cumprida. O prefeito de São Paulo não descartou novas alterações no calendário.

Segundo a coordenadora do Programa Estadual de Imunização (PEI), Regiane de Paula, o Estado vai receber uma nova remessa de doses da Pfizer ainda nesta quarta-feira. Regiane também



informou que a cobertura vacinal é de 100% entre os idosos com idades entre 75 e 79 anos e acima de 85 anos. Na faixa etária de 80 a 84 anos, a cobertura é de 94,5%.

Paulo Menezes, coordenador do Centro de Contingência da Covid-19, disse que a faixa etária de 40 a 59 anos concentra 35% do total de casos e 48% das internações. Com a vacinação desse público, ele espera ver uma queda nos índices. "Ao longo de julho vamos ver esse impacto", falou.

Doria pediu para que as pessoas não escolham qual vacina tomar e aceitem a que estiver disponível no momento. "Todas as vacinas aprovadas pela Anvisa são boas", afirmou.

No próximo sábado, seis mil litros de Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) devem chegar ao Estado de São Paulo. O volume é suficiente para produzir dez milhões de doses de Coronavac. Além disso, Doria confirmou que as 100 milhões de doses da Coronavac compradas pelo Ministério da Saúde devem ser entregues até 30 de setembro.

### Balanço

Desde o início da pandemia, o Estado registrou 3.630.251 casos de covid-19 e 123.825 óbitos relacionados à doença.

Até a noite desta terça-feira, 22.345 pacientes estavam internados em todo o Estado, sendo 10.597 em unidades de terapia intensiva e 11.748 em leitos de enfermaria. A taxa de ocupação dos leitos de UTI no estado é de 78,9% e na Grande São Paulo é de 74,7%.

### Doação

O Estado recebeu uma doação da empresa P&G de dois milhões de absorventes para as alunas da rede estadual. O secretário estadual de Educação Rossieli Soares destacou que o direito à higiene menstrual foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma questão de direito humano. De acordo com a organização, 10% das meninas perdem aulas quando estão menstruadas.

O governo estadual criou um programa de fornecimento de absorventes para as alunas da rede estadual. Cerca de 1,3 milhão de meninas de cinco mil escolas serão contempladas. Foram investidos R\$ 30 milhões na iniciativa.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 23/06/2021*

## COM LOBBY DA INDÚSTRIA, CÂMARA AVALIA RETOMAR BARREIRA A PRODUTOS IMPORTADOS

Governo identifica mais de 10 emendas ao texto da MP para restabelecer a vigência de um 'preço de referência' para os itens importados que entram no País - mecanismo considerado ilegal pela OMC e que foi derrubado em janeiro

*Por Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - Uma articulação na Câmara tenta aprovar a possibilidade de recriação de barreiras comerciais para a entrada de produtos estrangeiros no País. A iniciativa contraria posição do Ministério da Economia, que conseguiu acabar com a prática em janeiro e editou uma medida provisória (MP) para que o chamado "preço de referência" fosse proibido. É essa MP que o Congresso quer usar para impor novamente esse modelo, que vigorou no País há mais de 70 anos e é considerado ilegal pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

O governo identificou mais de 10 emendas ao texto da MP que trata de ações para a melhoria do ambiente de negócio que invertem o teor original. Uma delas substitui o "fica vedado" do texto original por "fica autorizado" o "preço de referência". Críticos do mecanismo que define um preço mínimo para os produtos importados dizem que trata-se de um atalho da indústria para conseguir

barrar concorrentes de forma rápida, por meio de procedimentos pouco transparentes e fazendo uso de sua influência sobre a burocracia estatal.



**Brasil corre risco de enfrentar processo na OMC se continuar tentando barrar a entrada de produtos estrangeiros. Foto: Paulo Liebert/Estadão**

Sem previsão legal, o "preço de referência" é praticado no Brasil desde os anos de 1950. A decisão para qual produto haverá esse tipo de barreira é política. Representantes da indústria apresentam para o governo suas queixas sobre preços não competitivos e tentam convencer o Ministério da Economia, particularmente a área de Comércio Exterior, a impor a barreira. Entre os exemplos de produtos que já tiveram "preço de referência" para entrar no Brasil estão cobertor, óculos,

escovas para cabelo, pneus, camisas, tecidos, produtos siderúrgicos, máquinas e equipamentos.

“É uma forma disfarçada de protecionismo”, diz ao Estadão o secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Lucas Ferraz. Ele chama atenção para o risco de abertura de um processo na OMC contra o Brasil se essa prática for mantida. Em 1999 os EUA e a União Europeia abriram consulta na OMC argumentando que o mecanismo brasileiro para proteger a indústria nacional era desleal, desrespeitando acordos internacionais. Na fase de consultas prévias à abertura do painel da OMC, o Brasil recuou e deixou de aplicá-lo às importações provenientes dos EUA e da União Europeia. Mas passou a concentrar o uso do preço de referência nas importações vindas da Ásia, o que foi mantido até janeiro deste ano. “O importador é obrigado muitas vezes a aumentar o preço para conseguir passar por esse mecanismo e tudo isso acaba onerando tanto o consumidor brasileiro”, diz Ferraz.

A indústria alega que esse mecanismo é para combater a prática desleal de comércio porque o produto importado chega muito barato no Brasil por ser subfaturado e por fraudes. Já o Ministério da Economia argumenta que a Receita já faz esse controle com as melhores práticas internacionais, como, por exemplo, seguindo o acordo de valoração aduaneira da OMC. E a área de defesa comercial atuando no combate com ações como medidas antidumpings (prática comercial que consiste em vender produtos a preços menores que os custos para eliminar concorrentes). O Brasil é o quarto País no mundo que mais aplica medidas antidumping como proteção na sua indústria, mas não está nem mesmo na lista dos 27 maiores importadores.

### Protecionismo

O embasamento legal para a equipe econômica extinguir a prática foi o artigo da lei de liberdade econômica, que trata do abuso de poder econômico. Foi feito um acordo com a indústria para extinguir de forma faseada, em 3 meses, o que ocorreu entre novembro de 2020 e janeiro de 2021.

O relator da MP, Marco Bertaiolli (PSD-SP), antecipou que vai retirar o artigo proibindo a prática no seu relatório. “Estão proibindo algo que não é permitido”, pondera. Segundo ele, o acordo que está sendo construído é para excluir esse trecho para não comprometer toda a MP e a discussão deve ser feita adiante. “As indústrias brasileiras não querem que essa prática seja proibida”, admitiu.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT), Fernando Pimentel, defende a retirada do artigo e cobra mecanismos efetivos de controle das irregularidades. Pimentel refuta a ideia de protecionismo: “É legítimo que as coisas sejam debatidas visando o combate à fraude. Fizemos propostas para melhorar o nosso ponto de vista. Esse artigo não precisa existir”. Segundo ele, o que está sendo discutido são mecanismos que possam de forma legal enfrentar importações com indícios de irregularidades.

Para o economista do Insper Marcos Mendes, a indústria nacional usa sempre do mesmo "modus operandi". "Quase sempre são os mesmos segmentos, têxtil, máquinas, equipamentos, automobilística, química, pneumáticos", diz. Mendes lembra que o setor já tem a proteção prevista no Mercosul. "As regras do bloco já são uma barreira enorme para a entrada de produtos estrangeiros", critica.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 23/06/2021*

### 'NÃO VAMOS CHORAR MUITO', DIZ GUEDES SOBRE PRIVATIZAÇÃO 'NÃO CLÁSSICA' DA ELETROBRÁS

Segundo o ministro, os 'jabutis' que sobraram na medida provisória que autoriza a privatização da empresa vão 'evaporar por serem menos eficientes'

*Por Lorena Rodrigues e Thais Barcellos, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA e SÃO PAULO - O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta quarta-feira, 23, que preferia uma "privatização clássica" da Eletrobrás, com a venda pelo preço mais alto e uso dos recursos nas necessidades do País, mas que, diante das disputas políticas em torno da medida provisória que permitiu a concessão do controle da estatal com foco em geração e distribuição de energia à iniciativa privada, é "compreensível que isso não ocorra".

"Não vamos chorar muito pela Eletrobrás porque a meta de liberalização de energia continua", disse, em evento da Fiesp em que representantes da indústria reclamaram que a aprovação do projeto pode aumentar o preço da energia para o setor.

De acordo com o ministro, os "jabutis maiores" foram abatidos do projeto da Eletrobrás e sobraram apenas alguns que vão "evaporar por serem menos eficientes". Jabuti é o termo utilizado para designar assuntos que são incluídos em projetos na tramitação no Congresso e não são relacionados ao tema central.

Com o aval do Congresso, o governo poderá dar prosseguimento aos preparativos para emissão de novas ações da empresa, prevista para o primeiro trimestre de 2022, por meio da qual a União vai reduzir sua fatia na companhia de cerca de 60% para 45%.

Enviada em 23 de fevereiro, a proposta é uma das prioridades do Executivo e aposta do governo para ampliar os investimentos na empresa, maior companhia de energia elétrica da América Latina. A Câmara já tinha aprovado a MP no dia 20 de maio, e o Senado, no dia 17 de junho. Como os senadores modificaram o texto aprovado pelos deputados, ele precisava voltar para uma nova análise da Câmara.

Repleto de jabutis incluídos tanto pelos deputados quanto por senadores, o texto vai aumentar o custo da energia para consumidores em R\$ 84 bilhões nas próximas décadas. Por sua vez, o governo sustenta que a privatização da estatal e as medidas incluídas pelo Congresso podem reduzir a conta de luz em até 7,36%.

"A equipe econômica tomou cuidado de não ser arrastada para uma situação desfavorável para a indústria brasileira", disse o ministro.

Guedes comentou a inclusão na medida da obrigação da contratação de 8 mil MW de termelétricas a gás, mesmo em locais sem o insumo, o que pode onerar a tarifa de energia elétrica. "Prometemos comprar energia de termelétricas a menos da metade do preço atual. Parece subsídio, mas é uma promessa de comprar pela metade do preço", afirmou.

Guedes disse ainda ser "perfeitamente cabível" deslocar recursos para revitalização do São Francisco e disse que a medida - que atende pleito do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco - era "politicamente incontornável".

“Estamos tomando cuidado para não ter choque de custo mesmo em meio a problemas hídricos”, completou.

Para ele, o saldo da aprovação da MP é “vastamente positivo”. “Existem muitas críticas sobre Eletrobrás, mas o saldo é vastamente positivo. Reformas nunca são perfeitas, estamos em uma democracia”, afirmou. O ministro disse que “vem aí” ainda a privatização dos Correios.

A MP da Eletrobrás foi a primeira proposta de privatização aprovada pelo Congresso aprovada durante a gestão de Bolsonaro. Até o momento, o governo não conseguiu vender nenhuma estatal de controle direto da União. Pelo contrário, criou uma nova, a NAV, responsável pela navegação aérea.

Guedes participou de uma live com Josué Gomes e Rafael Cervone, candidatos, em chapa única, à presidência e à primeira vice-presidência da Fiesp, respectivamente. Gomes e Cervone são apoiados pelo atual presidente da Fiesp, Paulo Skaf, que fez, em seu discurso inicial, campanha para os dois.

Apesar de Guedes comemorar a aprovação da MP, Gomes disse que o texto foi distorcido e poderá agravar o custo da energia para a indústria. Ele pediu ainda ao ministro que ofereça alíquotas mais baixas para o setor na reforma tributária.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 23/06/2021**

## **CRISE HÍDRICA É UM RISCO DE ALTA PARA A INFLAÇÃO E DE BAIXA PARA A ATIVIDADE ECONÔMICA**

É duro ter de conter o otimismo justamente quando se avista uma luz no fim do túnel, após a pandemia de covid ter causado tanto estrago

**Por Fábio Alves\*, O Estado de S.Paulo**

A crise hídrica, que forçou o acionamento das usinas termelétricas, cuja geração de energia é mais cara, já entrou nos cálculos de economistas e analistas para a inflação de 2021, mas seu impacto sobre o desempenho da atividade econômica no segundo semestre ainda não está sendo estimado.

Por enquanto, o mercado segue no escuro sobre como a crise hídrica vai afetar o fornecimento de energia e, por tabela, os níveis de operação da indústria e de outros setores da economia.

Isso porque, apesar de o governo ter descartado – e os especialistas do setor também consideram a possibilidade baixa – um racionamento de eletricidade, o risco de restrições na oferta de energia continuará pairando enquanto os níveis de chuva permanecerem abaixo do necessário.

Em relação à inflação, muitos analistas já estão trabalhando com a hipótese de que o patamar 2 da bandeira vermelha – o mais caro para a conta de luz dos consumidores – vai vigorar até o fim do ano. Há até o risco de esse valor ter um acréscimo, diante dos custos adicionais de geração.

***Mercado vai observar atentamente a forma como o governo vai administrar a crise hídrica. Foto: José Patrício/Estadão***



A crise hídrica contribuiu para que as projeções de inflação em 2021 subissem rapidamente nas últimas semanas. Na mais recente pesquisa Focus, o consenso das estimativas aponta para uma alta de 5,90% do IPCA neste ano.

Quanto ao desempenho da atividade econômica, as recentes previsões ainda



refletem um otimismo gerado pelo resultado do PIB do primeiro trimestre deste ano, que cresceu 1,2% ante o último trimestre de 2020, enquanto a projeção do mercado era de alta de 0,70%.

Depois da divulgação do PIB do primeiro trimestre, houve uma rodada de revisões para o resultado de 2021, com as estimativas migrando para um crescimento acima de 5,0%.

Assim, a crise hídrica é um risco de alta para a inflação e de baixa para a atividade econômica. O que os analistas ainda não conseguem mensurar é o quanto uma eventual restrição de oferta de energia poderá afetar o PIB. Ninguém tem noção precisa de como serão ainda os próximos passos na gestão da crise hídrica pelo governo, incluindo as estratégias para equilibrar consumo e oferta de energia.

De imediato, todavia, é possível dizer que a crescente discussão sobre eventual racionamento de energia elétrica poderá afetar, no curto prazo, a confiança de empresários e consumidores, o que pode, por tabela, prejudicar o investimento e o consumo.

Outra dúvida: se o preço da energia subir de forma mais drástica, com valores acrescidos às tarifas do patamar 2 da bandeira vermelha, poderia a indústria, por exemplo, reduzir sua produção em razão de o custo mais elevado da eletricidade desestimular a manutenção dos atuais níveis de operação?

O economista-chefe de um grande fundo de investimento explica que o repasse ou não de custos mais elevados da energia dependerá da elasticidade da demanda ao preço. Se for um bem com demanda mais sensível ao preço, como refrigerante, o repasse será menor. Se for um bem com demanda muito inelástica, isto é, menos sensível, como remédios, o repasse será maior.

“Há um risco relevante de a crise hídrica limitar a melhora da atividade com a reabertura da economia prevista para o segundo semestre, com o avanço da vacinação contra covid”, diz Igor Lima, gestor de ações da Trafalgar Investimentos.

Ele afirma ainda não prever decisão explícita de racionamento por parte do governo, como aconteceu em 2001. “O ajuste poderá acontecer via preços, seja no mercado livre ou nas tarifas de energia, isto é, chegar a um ponto em que o preço da eletricidade poderá ficar tão alto que, para alguns setores da indústria, valerá mais a pena não operar.”

Segundo Lima, as ações de algumas empresas na Bolsa poderão ser afetadas negativamente dependendo de como o governo vai administrar a crise hídrica e a oferta de energia. Além das empresas do próprio setor elétrico, Lima vê também um impacto negativo em indústrias com participação significativa da energia nos custos de produção, como a siderurgia.

Diante das incertezas, é prudente os economistas ainda não levarem em conta as possíveis consequências da crise hídrica sobre o PIB. É duro ter de conter o otimismo justamente quando se avista uma luz no fim do túnel após a pandemia de covid ter causado tanto estrago.

**\*COLUNISTA DO BROADCAST**

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 23/06/2021**

## **ESG DA TEORIA À PRÁTICA**

A cultura da sustentabilidade está consolidada no ideário contemporâneo

**Por Notas & Informações, O Estado de S.Paulo**

Mais do que um imperativo moral, a responsabilidade do setor privado nas áreas ambiental, social e de governança (ESG, na sigla em inglês) é hoje um imperativo econômico. Não se trata mais de benemerência, mas de competitividade. A pandemia – um alerta dos riscos derivados dos desequilíbrios entre o universo natural e o humano – e seu impacto socioeconômico devastador aceleraram a demanda pelo comprometimento corporativo com o desenvolvimento sustentável. A

cultura da sustentabilidade está consolidada no ideário contemporâneo. O maior desafio agora é concretizá-la em ações. Por isso, foi mais do que oportuno o tema do Summit ESG do Estado: Da Teoria à Prática.

As exigências começam nos investidores e atravessam toda a cadeia de produção até os consumidores. Segundo o jornal Financial Times, em 2018 o setor de investimentos em ESG foi estimado em cerca de US\$ 31 trilhões. Pesquisa da consultoria McKinsey revelou que 85% dos brasileiros dizem que se sentem melhor comprando produtos sustentáveis, e uma pesquisa global mostrou que 97% dos entrevistados esperam que as marcas solucionem problemas sociais.

Um estudo publicado pela Universidade de Nova York apontou que 58% das empresas que seguem os princípios de sustentabilidade registraram melhora dos resultados operacionais e performance financeira. Além de atrair investidores e consumidores, esse potencial está relacionado à produtividade.

É algo intuitivo, mas uma profusão de estudos tem comprovado que empresas que investem na diversidade de suas equipes conjugam mais conhecimentos e habilidades, repertório emocional e margem de acesso a novos mercados, com ganhos significativos em relação a empresas com quadros homogêneos. O Fórum Econômico Mundial estima um aumento de 25% a 36% na lucratividade; 20% nas taxas de inovação; e 30% na habilidade de identificar e reduzir riscos nos negócios.

Práticas ESG são congênitas às startups. Para empresas já formadas, os especialistas ouvidos no Summit sugerem parcerias com outras instituições, inclusive acadêmicas. Um bom referencial é a agenda de sustentabilidade do Sebrae. É também importante começar pelo próximo rumo, seguindo pelo mais distante, ou seja, identificar as “partes interessadas” (stakeholders) diretamente afetadas pelos negócios para tecer uma rede de colaboração orgânica com fornecedores e consumidores. Grandes empresas brasileiras têm avançado nesse sentido.

A JBS, uma das maiores produtoras mundiais de alimentos, se comprometeu a zerar o balanço das emissões de gases de efeito estufa até 2040. Isso implica monitorar não só os fornecedores, mas, por meio da tecnologia blockchain, os fornecedores dos fornecedores. A Ambev, consciente de que o consumo de álcool é uma das principais causas de acidentes de trânsito, criou um programa global de prevenção, que inclusive foi apontado como exemplo pela ONU. A empresa também tem um dos menores níveis de consumo de água por litro de produto.

Ações que promovam melhorias em comunidades locais, mas prejudiquem o meio ambiente – ou vice-versa – são contraproducentes e a longo prazo insustentáveis. Para equilibrar o “E” (environmental) e o “S” (social) o “G” (governance) é crucial. A Vale não só anunciou a recuperação de 500 mil hectares de florestas até 2030, como está estruturando um modelo-piloto socioambiental no município de Apuí (AM). Em parceria com o Idesam, a empresa passou a incentivar o cultivo de café em áreas com mais sombras dentro da mata, o que, além de ajudar na recuperação da floresta, gerou um café de qualidade superior à média nacional. Em alguns anos a colheita do Café Apuí saltou de 8 para 17 sacas por hectare, envolvendo mais de 40 famílias. A meta nos próximos anos é chegar a 300 famílias.

O princípio fundamental é que a responsabilidade não é antagônica à lucratividade. Ao contrário, em um cenário de recuperação pós-pandemia, empresas dispostas a colaborar com o desenvolvimento sustentável também são aquelas que atrairão mais investidores e consumidores, gerando mais lucros e empregos.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 22/06/2021**

## VALOR ECONÔMICO (SP)

### HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ EM MEIO À CRISE HÍDRICA

Perspectiva é controlar a vazão para permitir movimento de barcaças no horário de pico e só interromper via fluvial a partir de meados de agosto

*Por Daniel Rittner - Iniciou sua carreira no Valor como trainee em 2000. Foi correspondente na Argentina e atualmente é repórter especial e trabalha na sucursal de Brasília*

A dor de cabeça causada pela iminente paralisação do transporte de cargas na hidrovía Tietê-Paraná vai ser bem menor neste ano, argumenta o Ministério da Infraestrutura, do que no biênio 2014-2015. Embora a crise hídrica seja mais intensa e a situação dos reservatórios seja mais preocupante agora, quem escoar suas mercadorias por esse corredor fluvial tem um cenário menos dramático pela frente, diz o ministro Tarcísio Freitas.

Para explicar do que se trata: o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a fim de evitar “perda do controle hidráulico” na bacia do Paraná, pediu à Agência Nacional de Águas (ANA) uma série de mudanças nas vazões dos reservatórios de usinas da região Sudeste. Ao mexer na cota mínima (altura do espelho d’água) de Jupia e Ilha Solteira, na divisa de São Paulo com Mato Grosso do Sul, diminui muito o calado para a passagem de barcaças e o uso da hidrovía pode tornar-se inviável.

#### **Tarcísio Freitas frisa diferenças com o biênio 2014-2015**

O sistema Tietê-Paraná tem ganhado importância como solução logística. As principais cargas que passam por ele são soja, milho, cana, madeira, óleo, materiais de construção e adubo. Cada comboio equivale a 200 caminhões retirados das estradas. O frete rodoviário, no mesmo trecho, custaria de três a cinco a vezes mais. Sem falar na diferença de emissões dos gases de efeito-estufa. Com a situação dos reservatórios, falava-se em interromper completamente o funcionamento da hidrovía a partir de julho. Tarcísio faz três observações para diferenciar o momento atual do biênio 2014- 2015, quando o corredor fluvial ficou praticamente inutilizado.

1) Naquela ocasião, a cota baixou de uma vez para 318 metros, segundo Tarcísio. “Houve uma redução abrupta para a navegação, no passado, sem medir consequências”, afirma o ministro. Agora, em conversas com o ONS e a ANA, pensa-se em outra estratégia. “Queremos fazer uma redução de cota mais paulatina, sem ir diretamente para os extremos”, explica.

A ideia, conforme detalha Tarcísio, é trabalhar em “ondas”: aumentar a vazão somente nos dias ou horários de maior demanda da hidrovía. Com isso, seria possível esticar a operação do sistema Tietê-Paraná até a segunda semana de agosto, ajudando no escoamento da safra. “Estamos completamente alinhados ao objetivo de poupar água nos reservatórios. Trata-se de um ajuste operacional”, diz.

A desmobilização gradual da hidrovía permitirá aos donos de cargas procurar outras soluções de forma mais planejada, sem tanta correria, negociando contratos com as operadoras de ferrovias, por exemplo, para o escoamento de seus produtos.

2) Essa é justamente a segunda diferença acentuada por Tarcísio na atual crise hídrica: o trecho central da Ferrovia Norte-Sul (FNS), leiloado pelo governo em março de 2019, foi inaugurado neste ano e está em operação. Na hidrovía, a maioria das cargas é embarcada em São Simão (GO) e percorre 634 quilômetros pelos rios até Pederneiras (SP). De lá, sai das barcaças e segue para Santos.

A Rumo, vencedora do leilão e hoje concessionária da Norte-Sul, botou para funcionar há três meses um terminal de cargas em São Simão e o trecho ferroviário até a Malha Paulista, que desemboca no porto. Não chega a ser uma alternativa mais barata do que a hidrovía, segundo produtores, no trecho em que há sobreposição dos dois modais. Eles próprios reconhecem, contudo, que é muito mais vantajoso em relação ao frete rodoviário.

“Isso demonstra claramente o acerto de termos mantido o leilão da Norte-Sul”, pontua Tarcísio, lembrando que, na época, houve frentes de pressão pelo adiamento do certame, até com pedidos de liminares judiciais.

3) Sobra um dilema de médio e longo prazo para resolver: se a hidrovia enfrenta restrições operacionais, a cada seis ou sete anos, aumenta-se a insegurança de investidores (estaleiros e empresas de cabotagem) e de clientes (produtos agrícolas) na sua utilização. Se crises hídricas tornam-se uma ameaça comum, há perda de confiança no uso do sistema Tietê-Paraná como uma alternativa às próximas safras.

A fim de diminuir esse risco, pelo menos parcialmente, o governo promete acelerar as obras de derrocamento do pedral de Nova Avanhandava (SP). As escavações no local, em um convênio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) com o Estado de São Paulo, tiveram início em 2017. No entanto, falhas no projeto de engenharia levaram à parada dos trabalhos pouco depois. Agora, que está na lei, a promessa é retomá-las.

Está na lei porque a MP da Eletrobras, que ganhou fama pelos jabutis incluídos ao texto original, teve uma emenda do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), sobre essa obra. De acordo com a emenda, o derrocamento do pedral deve estar concluído até o primeiro semestre de 2024. Para executar esses trabalhos, haverá recursos da “nova” Eletrobras, que terá de destinar R\$ 2,3 bilhões em dez anos à área de influência dos reservatórios de Furnas.

Essa intervenção permitirá que barcaças continuem usando a hidrovia com menor calado, de 323 metros (em vez dos 325,4 metros atuais), dificultando a imposição de novas restrições no futuro. É um obra orçada em cerca de R\$ 300 milhões. Para ter uma ideia da dificuldade de realizá-la com recursos públicos, há R\$ 11 milhões no orçamento do Dnit em 2021 para ela.

Conclusão: a seca histórica continua sendo uma péssima notícia para o funcionamento da hidrovia Tietê-Paraná, mas o quadro hoje é melhor do que na última crise. Na próxima grande estiagem, se e quando ocorrer, deverá ser ainda menos grave.

### Debêntures

O projeto de lei que cria as debêntures de infraestrutura (PL 2.646/20) tem boas chances de evoluir nos próximos dias. Já foi aprovado regime de urgência em sua tramitação. O relator, deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), se planeja para apresentar seu parecer na semana que vem. A votação no plenário da Câmara ocorreria na primeira quinzena de julho.

O que já existe, graças a uma lei de 2011, são debêntures com isenção de IR para investidores pessoa física que compram esses papéis. Elas se transformaram em uma excelente alternativa de financiamento para obras em energia, transporte, saneamento básico. A nova modalidade permite o acesso a investidores institucionais (fundos de pensão, fundos soberanos e outros). Em resumo, faria a infraestrutura do Brasil alcançar “bolsos mais parrudos”, como resume Jardim.

*Fonte: Valor Econômico - SP  
Data: 23/06/2021*

## LUCRO DA COPERSUCAR CRESCEU MAIS DE TRÊS VEZES EM 2020/21, PARA R\$ 375 MILHÕES

Exportações de açúcar impulsionaram o resultado da empresa  
*Por Camila Souza Ramos, Valor — São Paulo*

A Copersucar encerrou a safra 2020/21 com lucro líquido consolidado de R\$ 375 milhões, mais que o triplo do resultado da temporada anterior, impulsionado sobretudo pelas exportações recorde de açúcar do Brasil.

A receita líquida cresceu 28,6%, para R\$ 38,7 bilhões, um recorde para a companhia.



O volume de açúcar brasileiro comercializado pela Copersucar cresceu 45,9%, para 5,4 milhões de toneladas. Desse volume, 3,4 milhões de toneladas foram destinadas ao mercado externo, um aumento de 78,9%, enquanto no mercado interno foram vendidas 2 milhões de toneladas, um crescimento de 11,1%.

No Terminal Açucareiro da Copersucar (TAC), no porto de Santos, o escoamento de açúcar cresceu 37%, e o serviço de elevação de açúcar aumentou 11%, para 8,8 milhões de toneladas.

Na Alvean, trading na qual, na safra passada, a participação da Copersucar ainda era de 50%, o volume de açúcar comercializado globalmente alcançou cerca de 14 milhões de toneladas.

Os efeitos da pandemia só apareceram nos negócios de etanol da Copersucar, com redução do volume comercializado tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, onde a empresa opera como trading por meio da Eco-Energy.

O volume de biocombustível comercializado globalmente na safra passada caiu 21,8%, para 11,1 bilhões de litros. Deste volume, 4,6 bilhões de litros foram vendidos das operações no Brasil, uma queda de 8%, sendo que a redução ficou concentrada nas vendas ao mercado interno (4,3 bilhões de litros) – o volume exportado foi preservado em 300 milhões de litros.

Na Eco-Energy, que lidera o comércio de etanol nos Estados Unidos, as vendas de etanol caíram 29,3%, para 6,5 bilhões de litros.

Mesmo com os impactos da pandemia, a dívida líquida da Copersucar caiu 25% e encerrou a safra em R\$ 1,25 bilhão, com 80% dos vencimentos no longo prazo.

A Copersucar ainda realizou uma operação no mercado de capitais, após o encerramento do exercício, por meio da qual emitiu R\$ 500 milhões em certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs), com vencimento em sete anos.

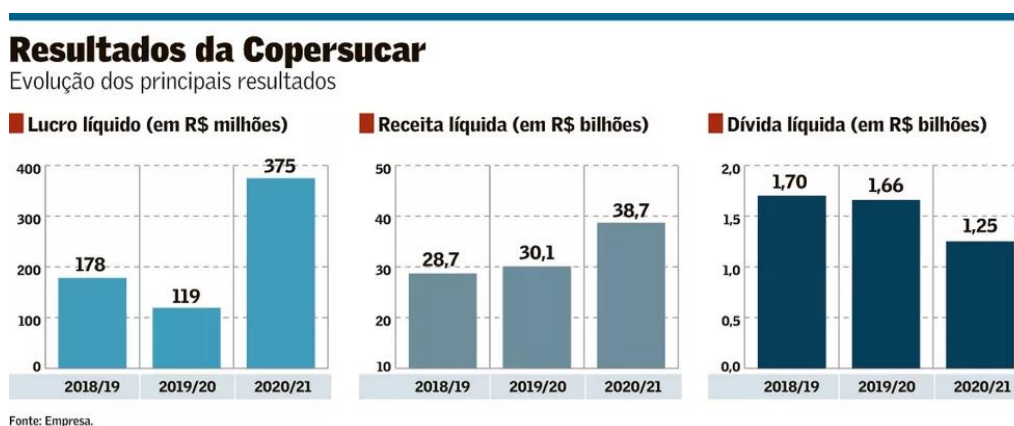
Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 23/06/2021

## COPERSUCAR AVALIA NOVAS PARCERIAS

Empresa tem recebido consultas de investidores sobre operações de etanol nos EUA e também sobre a trading de açúcar Alvean, diz CEO

Por Camila Souza Ramos — De São Paulo



Após concluir a safra 2020/21 com margens maiores e alavancagem menor, a Copersucar entra no ciclo atual com uma visão ainda mais otimista. A companhia, que faturou R\$ 38,7 bilhões no último ciclo, vê possibilidades para novas parcerias para aproveitar o esperado crescimento do mercado de etanol dos Estados Unidos e para desenvolver seus negócios no Brasil, e já planeja novo aporte em logística.

A Eco-Energy, sua subsidiária que atua na comercialização e logística de etanol nos EUA, tem recebido “diversas consultas” de investidores interessadas em entender a operação, diz João Teixeira, CEO da Copersucar, ao Valor. Ele acrescentou, porém, que “não tem nada iminente no momento”.

Segundo o executivo, a “intenção” é fazer a Eco-Energy crescer via parcerias, aproveitando oportunidades “com um parceiro que agregue valor”. A busca, porém, “não é nada urgente.” A Eco-Energy é hoje a maior comercializadora de etanol independente – não associada a petroleiras e refinarias.

A subsidiária tem dez terminais de etanol com capacidade ociosa “pronta” para um volume esperado para quando o país implementar totalmente a mistura de 15% (E15). Atualmente, o governo dos EUA já autoriza essa mistura, mas a ampla maioria das bombas ainda oferece apenas 10% (E10).

A oferta do E15 vem crescendo paulatinamente. No último ano, a Associação de Combustíveis Renováveis (RFA, na sigla em inglês) contabilizava mais de 2 mil estações de comercialização, além de vendas maiores da mistura de 85% (E85), hoje um mercado de nicho.

Porém, uma substituição mais generalizada não deve ser imediata. Para Teixeira, a oferta deve se tornar mais relevante em um horizonte de cinco anos. A aposta do executivo é de que haverá aceleração por causa da indicação dada pelo governo Biden de aposta na transição energética.

### Parcerias

A busca por parcerias também deve fazer parte da estratégia de crescimento da Copersucar em outros negócios, sobretudo em logística, afirmou. E, segundo o CEO, a companhia já recebe demanda para potenciais parcerias.

Ontem, em coletiva sobre os resultados da safra 2020/21, o executivo confirmou que a Copersucar também vem sendo procurada para parcerias na Alvean – da qual, após comprar os 50% de participação que pertenciam à Cargill, a brasileira passou a ser a única acionista. Por enquanto, porém, ainda “não há nada concreto”, disse.

A Copersucar quer aumentar sua aposta em logística no Brasil e já prepara uma ampliação da capacidade do Terminal Açucareiro da Copersucar (TAC), no Porto de Santos. O plano é ampliar a capacidade atual, de 8,5 milhões de toneladas, em ao menos um terço, com um aporte de menos de R\$ 200 milhões. O investimento ainda não deve ser para esta safra. Segundo Teixeira, o momento será definido de acordo com os contratos de longo prazo de exportação.

A Copersucar também estuda um plano para entrar no mercado de comercialização de energia elétrica, disse o CEO. “Faz sentido, mas não está no topo das prioridades”, afirmou.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 23/06/2021

## APÓS ‘CHOQUE’ DE ENERGIA BARATA, GOVERNO FALA EM ‘CHOQUE’ DE OFERTA DE TRANSPORTES

Por Rafael Bitencourt, Valor — Brasília



O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, afirmou nesta terça-feira que o Brasil, em breve, contará com três a quatro alternativas de acesso ferroviário a diferentes terminais portuários. Isso, segundo ele, vai propiciar um “choque” de oferta de transportes no país, com reflexos diretos no preço do frete.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas — Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

“Isso significa choque de oferta. Se a gente tem choque de oferta, a gente vai ter os fretes caindo, e caindo bastante”, afirmou em audiência pública da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, da Câmara dos Deputados.

O ministro da Infraestrutura explicou que, após o leilão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), trecho de Caetité a Ilhéus, na Bahia, serão investidos R\$ 3,3 bilhões na malha e mais R\$ 5 bilhões para construção do Porto Sul. É uma ferrovia que vai começar operando com R\$ 18 milhões de toneladas de capacidade para minério de ferro, mas que terá 60 toneladas de capacidade. É uma capacidade excedente que vai paulatinamente sendo usada”, afirmou ele, lembrando que o Estado tem um “agronegócio que vem crescendo muito”.

Além de falar da Fiol, Tarcísio explicou que será feita, “no futuro”, a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico). “Nós teremos um grande corredor de leste a oeste, assim como nós já temos um corredor de norte a sul, que vai desde o Porto de Itaquí ao Porto de Santos”, disse. Ele contou que o corredor leste-oeste vai começar inicialmente em Água Boa (MT) até chegar em Lucas do Rio Verde (MT) e, em seguida, “unirá o Brasil” levando carga até o Porto de Ilhéus.

Na audiência, o ministro contou que é possível perceber as obras de melhoria do transporte impactando o preço do frete de produtos. Ele afirmou que, após a pavimentação da BR-163 (MT) rumo a Miritituba (PA), o frete na direção aos portos da região Norte, o chamado “Arco Norte, caiu 26%. Isso reduziu em 11%, em média, o frete no Brasil por conta da competição gerada. “Pela primeira vez, movimentamos no Arco Norte a mesma quantidade de grãos, em volume, que nós movimentamos nos portos do Sul e do Sudeste”.

Parte deste ineditismo, disse Tarcísio, também foi constatada na competição com outros mercados. “Pela primeira vez, também conseguimos tirar a carga de Mato Grosso e levar para China em um preço mais barato do que o produto de Illinois ou de Minnesota, nos Estados Unidos. Isso também nunca tinha acontecido”, comemorou.

### O ‘choque’

A declaração de Tarcísio remete ao “choque” de energia barata anunciado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, nos primeiros meses de governo. O chefe da equipe econômica se referia à previsão de abertura do mercado de gás natural no Brasil. Isto diminuiria o preço do combustível em 40%, o que seria capaz de reduzir as contas de luz e combustível em 40%, o que seria capaz de reduzir as contas de luz e ainda estimular a reindustrialização do país.

O “choque” prometido por Guedes não se confirmou até o momento. Apesar da aprovação da nova Lei do Gás e da confirmação do plano de quebra do monopólio da Petrobras no segmento de gasodutos, a resistência das distribuidoras de gás e, mais recentemente, a conjuntura econômica na pandemia prejudicou os planos do ministro.

Em maio deste ano, houve sim uma variação da ordem de 40% no preço do gás, mas para cima. A Petrobras aplicou um reajuste de 39% no preço do gás natural fornecido para as distribuidoras.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 23/06/2021*

## MINÉRIO DE FERRO SOBE NO PORTO DE QINGDAO E SAI A US\$ 216 A TONELADA

Com essa valorização, o minério de ferro acumula alta de 8,64% no mês de junho

*Por Ana Paula Machado, Valor — São Paulo*

Os preços do minério de ferro seguem em recuperação no mercado chinês. A alta nesta quarta-feira foi de 0,79% sobre a cotação do dia anterior.

Segundo a publicação especializada “Fastmarkets MB”, o minério com 62% de teor de ferro foi negociado no porto de Qingdao, na China, a US\$ 216,01 a tonelada. No dia anterior, a principal

matéria-prima do aço foi cotada a US\$ 214, 32 a tonelada. Com essa valorização, o minério de ferro acumula alta de 8,64% no mês de junho.



— Foto: Leo Pinheiro/Valor

O possível retorno da demanda pelas siderúrgicas chinesas, segundo operadores consultados pela Fastmarkets, que devem religar altos-fornos e a redução das restrições ambientais em Tangshan, a maior região produtora de aço na China, podem explicar a alta nos dois últimos dias.

Já o aumento acumulado no ano da commodity chegou a 34,61%.

Os futuros do minério de ferro na bolsa de Dalian também se recuperaram após três sessões de perdas, avançando 4%, para 1.173 yuans a tonelada.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 23/06/2021

## MAIOR TÉRMICA A GÁS DA AMÉRICA LATINA NÃO OPERA DESDE 2020

Com 1,5 GW de potência, UTE Porto de Sergipe I é capaz de atender 15% da demanda de energia do Nordeste

Por Letícia Fucuchima e Rafael Bitencourt — De São Paulo e Brasília



— Foto: Divulgação/Celse

Maior usina térmica a gás da América Latina, a UTE Porto de Sergipe I, não gera energia ao sistema elétrico nacional desde o ano passado, mesmo em meio ao estresse hídrico e à necessidade crescente de acionamento de térmicas.

Movido a gás natural liquefeito (GNL) importado, o empreendimento entrou em operação comercial em março do ano passado e foi oficialmente inaugurado no mês de agosto, em cerimônia com a presença do presidente Jair Bolsonaro e do ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque.

A inatividade nos últimos meses chamou atenção, principalmente por causa do porte da usina. Com uma potência de 1,5 gigawatt (GW), a UTE Porto de Sergipe é capaz de atender 15% da demanda de energia do Nordeste, ou 16 milhões de pessoas. Sua capacidade instalada poderia elevar em quase 10% o despacho térmico atual, que tem atingido cerca de 17 GW.

Desde que foi oficialmente inaugurada, a usina operou em setembro e dezembro do ano passado, de acordo com dados disponíveis no site do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Neste ano, ainda não chegou a ser despachada. A previsão é de que ela volte a integrar o sistema em julho.

A Centrais Elétricas de Sergipe (Celse), responsável pela usina, admitiu que o empreendimento teve que realizar manutenções em suas turbinas nesse meio tempo. Inclusive, dois equipamentos estão passando por manutenção nesta semana, de 20 a 26 de junho. Mas, segundo a Celse, esses procedimentos não teriam impedido o despacho. “A usina não foi acionada por decisão do ONS, que não fez o pedido”, informa em nota.

Procurado, o ONS informou que a usina “estará integrada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) a partir de 3 de julho”, mas não deu mais detalhes.

Segundo especialistas, uma hipótese é de que o modelo do ONS pode não ter identificado a necessidade de acionamento dessa usina para atender a demanda de energia da região, ainda que a usina tenha custo variável Unitário (CVU) relativamente baixo (cerca de R\$ 300 por MWh) e o país venha convocando mais térmicas para gerar diante da escassez hídrica.

Isso teria ocorrido porque o Brasil tem cada vez mais geração de energia inflexível hídrica e térmica (não controlável), aliada a fontes com custo operativo praticamente zero, como a eólica e a solar, que também “passam na frente” de outras tecnologias de geração. Com essa combinação, há cada vez menos espaço para despachos, seja de térmicas ou de hidrelétricas.

No ano passado, 75% da carga global de energia foi atendida com geração inflexível total, aponta o Plano de Operação Energética 2020 do ONS. Apenas 25% da demanda representou, para o sistema, necessidade de despacho hidrotérmico por ordem de mérito.

“Com a geração hídrica, as renováveis e a importação de energia do Norte, é possível que o modelo não tenha visto necessidade de acionamento [da UTE Porto Sergipe] para atender a carga do Nordeste”, explica Donato da Silva Filho, presidente da consultoria Volt Robotics.

Pela programação do ONS, a UTE Porto Sergipe voltará a operar em julho. Essa térmica funciona no modelo de despacho antecipado: por operar com combustível importado, precisa ser avisada com 60 dias de antecedência de quando precisará entrar em atividade. O ONS emitiu em maio o aviso para a térmica, de forma que o despacho começa no início de julho.

Localizada em Barra dos Coqueiros (SE), a UTE Porto Sergipe converte GNL importado em energia elétrica. O empreendimento conta com três turbinas a gás e uma turbina a vapor em ciclo combinado, e também com instalações marítimas. A usina foi viabilizada pelo leilão de energia nova “A-5” realizado em 2015, no qual a Celse garantiu contratos de 25 anos com o mercado regulado. A Celse foi constituída em 2015 pela EBRASIL (Eletricidade do Brasil) e pela Hygo (ex-Golar Power). No início deste ano, a Hygo foi adquirida pela americana New Fortress Energy, em meio a uma série de aquisições no setor de gás que somaram pelo menos US\$ 5 bilhões.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 23/06/2021*

## **AVALIAÇÃO DE BENS DA MMX PARA IREM A LEILÃO PODE FICAR PRONTA ESTE ANO**

Administrador judicial acredita que pode aprontar bens para leilão em 2021, mas evita falar de data para venda porque empresa ainda pode recorrer de falência

*Por Rafael Rosas — Do Rio*

O advogado Marcelo Macêdo, administrador judicial da MMX Mineração e Metálicos e da MMX Corumbá, que tiveram a falência confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) em maio, acredita que pode encerrar ainda este ano o período de arrecadação - quando são levantados todos os bens da empresa que podem ser leiloados para pagamentos dos credores - e de avaliação dos ativos da companhia. Apesar disso, ele evita falar em data para leilões dos ativos, uma vez que a sentença sobre a falência ainda não transitou em julgado.

No mês passado, a 6ª Câmara Cível do TJ-RJ confirmou a falência decretada em agosto de 2019 pela 4ª Vara Empresarial do Rio. Ainda cabe recurso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). “O processo não terminou. Não tem decisão final da falência. Tem a decisão do tribunal na segunda instância, mas houve recurso, sem efeito suspensivo [logo o processo de levantamento e avaliação do ativos pode continuar]. Mas para vender [os ativos], por uma questão de cautela e segurança, é melhor esperar o trânsito em julgado”, diz Macêdo.

Entre os bens analisados por Macêdo estão uma fazenda no Pantanal Matogrossense; as minas das empresas e uma participação de 1,55% no Porto Sudeste, controlado por Mubadala e Trafigura;

e debêntures decorrentes da cisão da MMX, quando houve a venda de uma fatia do Sistema Minas-Rio para a Anglo American.

Macêdo pretende “apreender” essas debêntures, que hoje pertencem a Eike, e colocá-las como ativos a serem vendidos para remunerar os credores. Ele explica que elas foram lançadas em 2008, na época da cisão da MMX e do acordo com a Anglo American - que passou a controlar a MMX Minas-Rio - e permitiriam um pagamento futuro à MMX com base na produção do projeto Minas-Rio. Segundo o administrador judicial, na época o valor da emissão foi de R\$ 112 milhões. Macêdo cita ainda um documento de setembro de 2017, no qual a Anglo avalia debênture em US\$ 88 milhões.

A expectativa do administrador judicial é entregar hoje o pedido à Justiça para que esses papéis sejam incorporados aos ativos da empresa. Macêdo acrescenta que o total de dívidas envolvidas na falência era de R\$ 600 milhões, mas recentemente surgiu uma cobrança de dívida tributária de R\$ 3 bilhões que, caso se confirme, passará à frente na ordem de pagamento

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 23/06/2021*

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### ANTIGO NAE SÃO PAULO SEGUIRÁ PARA DESMONTE NA TURQUIA DENTRO DE 2 MESES

*Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 22 Junho 2021*



#### Arquivo/Divulgação

Alienação do casco do porta-aviões descontinuado em 2017 passou por concorrência internacional por falta de estaleiro certificado pelas regras internacionais no Brasil.

O casco do antigo navio-aeródromo São Paulo deve seguir para ser desmantelado na Turquia dentro de dois meses. A informação é da Empresa Gerencial Projetos Navais (Emgepron), que trabalha na alienação para descarte do navio de guerra

descontinuado em 2017. O ex-porta-aviões São Paulo tinha 35 mil toneladas de capacidade de deslocamento e, no processo de desmonte, precisa de tratamento adequado para materiais sensíveis e de alto valor para serem reciclados. O diretor-presidente da Emgepron, vice-almirante Edésio Teixeira, disse que o Brasil não tinha um estaleiro qualificado e certificado pelas regras internacionais (Convenção de Hong Kong e as regras da Organização Marítima Internacional — IMO) para fazer o descarte de maneira segura do material perigoso contido no navio. Entre elas, cerca de 60 toneladas de amianto que cobriam as redes de vapor superaquecido do navio.

Teixeira salientou que, como o Brasil não tem legislação específica para essa atividade, o desmanche não pode ser feito em instalações nacionais e a força naval precisou fazer uma licitação internacional, na qual venceu o estaleiro localizado na Turquia. "O navio deve até, no máximo no horizonte de dois meses, ser rebocado do Brasil para ser desmontado na Turquia", disse na última segunda-feira (21), durante sessão das comissões de ciência e tecnologia e especial da indústria naval e offshore da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj).

Na ocasião, ele destacou que o descomissionamento é uma atividade que está sendo trabalhada no cluster tecnológico naval do Rio de Janeiro porque reúne uma série de aspectos comerciais, industriais, tecnológicos e legais. "Esse navio foi arrematado por cerca de R\$ 10,5 milhões e, certamente, o estaleiro que vai desmontá-lo vai ganhar 5 a 6 vezes mais do que isso na matéria-

prima que vai sair do navio. Isso poderia ficar no Brasil, no Rio de Janeiro, se tivéssemos estaleiros plenamente qualificados e fiscalizados. Temos 18 estaleiros na Baía de Guanabara”, lamentou.

Além do antigo porta-aviões, a Emgepron realizou uma outra alienação com a fragata Niterói. Foi a primeira experiência para desmanche de um navio de guerra na Baía de Guanabara. O diretor-presidente da empresa observa que essa atividade tem grande potencial para desenvolvimento do cluster, na medida em que, direta e indiretamente, abrange toda a indústria siderúrgica.

Teixeira acrescentou que a maior parte do aço produzido na China, devido à alta demanda que eles têm, vem da reciclagem desse material. Ele projetou que, quando houver falta de aço no mercado brasileiro, há oportunidades para a indústria devido à grande quantidade de plataformas de petróleo e de meios navais a serem descomissionados. “O descomissionamento é custoso e precisa de legislação específica. Depois, o desmanche e a reciclagem desse material movimentam toda a cadeia produtiva. Por isso, demos prioridade ao descomissionamento e desmantelamento dessas estruturas navais”, pontuou.

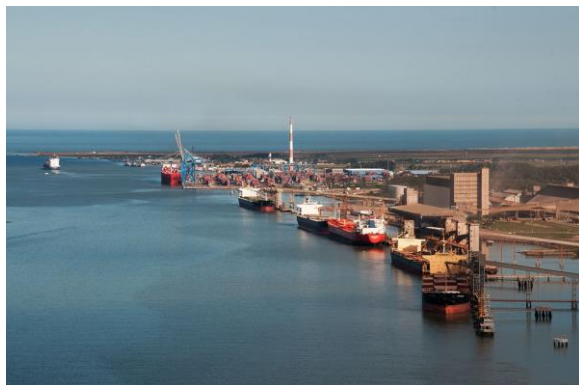
O diretor-presidente da Emgepron disse ainda que a Baía de Guanabara, em alguns trechos, se tornou praticamente um cemitério de navios. Ele defendeu um trabalho conjunto para mobilizar autoridades e a indústria para resolver o problema. Aos parlamentares, Teixeira falou que a empresa busca uma solução para a limpeza e desobstrução de parte do canal que permite acesso ao Porto de Niterói. Ele explicou que muitos dos navios abandonados e dos cascos soçobrados foram revertidos à União, o que gera uma burocracia enorme devido aos litígios judiciais não resolvidos e dificulta a liberação para retirada desses cascos e posterior desmanche em estaleiros na Baía de Guanabara. “Temos um projeto pronto, licenciamento e só estamos aguardando a vontade política e a liberação dessa pendência junto ao Ministério Público”, afirmou.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 23/06/2021*

## PORTOS DE RIO GRANDE BATE RECORDE HISTÓRICO EM MAIO

*Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 22 Junho 2021*



### **Superporto de Rio Grande**

Ao divulgar os resultados dos primeiros cinco meses do ano, a Superintendência dos Portos do Rio Grande do Sul (Portos RS) comemorou a superação de mais dois recordes de movimentação no ano: o Porto de Pelotas registrou pela segunda vez em 2021 a sua maior movimentação da história, assim como o Porto do Rio Grande teve o mesmo êxito. Com isso, os três portos públicos do estado e o complexo do Rio Grande apresentaram resultados positivos, tanto em relação a 2019, no período pré-pandemia, quanto em 2020.

A Superintendência dos Portos do Rio Grande do Sul (Portos RS) divulgou nesta segunda-feira (21) o desempenho dos primeiros cinco meses de 2021 dos três portos públicos do estado sob sua administração (Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande) somados com a movimentação privada do complexo do Superporto do Rio Grande. No período entre janeiro e maio, os complexos movimentaram 17.377.208 toneladas, um incremento de 6,27% em relação ao mesmo período do ano passado e de 11,13% em relação aos primeiros cinco meses de 2019.

O complexo portuário do Superporto do Rio Grande, que envolve o porto público, os cinco terminais particulares arrendados, os dois estaleiros e os quatro terminais de uso privado, foi responsável pela maior parte deste montante: foram 16.365.273 toneladas no período de janeiro a maio, um aumento de 5,43% na comparação com os o mesmo intervalo de 2020.



A boa notícia fica para a movimentação do mês de maio, que se caracterizou como o melhor mês da história do complexo do Superporto, com o total de 4.545.663 toneladas movimentadas. O montante verificado superou o registrado no mês anterior, que já tinha sido o maior da história, com 4,47 milhões de toneladas.

Com relação às movimentações no Superporto, os destaques de maior aumento percentual de cargas ficaram por conta das cargas de madeira, que aumentaram suas movimentações em 257,86%, seguido pelo milho (43,23%), farelo de soja (21,01%) e celulose (11,96%). A movimentação de contêineres, somente no mês de maio, representou um aumento de 25,09% e no período acumulado o total de 12,05%. Já a soma de todas as exportações do complexo representa um aumento de 6,72%, no comparativo com igual período de 2020.

Pela segunda vez em 2021, o porto de Pelotas registrou acréscimos significativos nas movimentações. Por conta disso, maio pode ser considerado o melhor mês de todos os tempos no montante de cargas transportadas. As duas principais mercadorias do porto pelotense, toras de madeira e clínquer aumentaram suas cargas tanto em relação ao ano passado quanto ao retrasado. Somente no mês de maio, foram 147.775 toneladas, o que representa um aumento de 73,88% em relação ao mesmo período de 2019 e de 18,79% em relação ao mesmo mês de 2020. No acumulado dos cinco meses, os percentuais do aumento de 2020-2021 foram de 27,66%.

Já o Porto de Porto Alegre foi o responsável pela movimentação de 307.752 toneladas de fertilizantes, que junto a cevada, trigo, sal e outros, respectivamente, atingiu o montante de 426.005 toneladas. Em relação ao ano passado, o total de cargas movimentadas no cais porto-alegrense registrou um aumento de 14,89%. O maior destaque de movimentação segue sendo os fertilizantes, com um aumento de 42,37% em relação ao mesmo período do ano passado.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 23/06/2021*



## MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

### MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping ([www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)).

*Fonte : InforMS*

*Data : 20/04/2006*